EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.003149/2025-64

NUMA - HUT/FMS
CÓDIGO UASG: 927337

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA, conforme justificativa no subitem 1.4. do
Termo de Referência

A Fundação Municipal de Saúde – FMS, através da Diretoria de Compras Públicas – DCP, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação em tela na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos deste Edital e seus anexos. Este Pregão será conduzido pela Pregoeira e respectivo membro equipe de apoio, designados, respectivamente, pelo Decreto Municipal nº27.561 de 09 de Janeiro de 2025 e Portaria Gab. Prefeito nº 09/2025. O presente Edital foi submetido à análise jurídica da Assessoria Jurídica da FMS, consoante disposto no art. 53 da lei 14.133/21.

DADOS DO CERTAME	
Disponibilidade do Edital	14/07/2025
OBJETO	Contratação, pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual contratação de serviços de locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa e máquinas de hemodiálise, a fim de atender às necessidades do HUT (HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA), no município de Teresina – PI
Endereços eletrônicos para retirada do Edital, recebimento de propostas e documentos, abertura e disputa de preços	www.gov.br/compras , https://www.tce.pi.gov.br , https://site.fms.pmt.pi.gov.br
Prazo para envio da proposta/documentação	Até 29/07/2025, às 08 horas e 59 min
Valor	Valor Anual: R\$ 764 . 251 , 92 (Setecentos e Sessenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Dois Centavos) () Estimado () Máximo (X) Referência () Orçamento Sigiloso
Fonte de Recurso	Fontes: 600/659. Despesas: 339039. Unidades: 001/002
Natureza do objeto	() AQUISIÇÃO (X) SERVIÇO
Esclarecimentos/Impugnações	Até 24/07/2025 para o e-mail: rosangela.cplcompras@gmail.com
Início da Sessão Eletrônica	Abertura e início da sessão de disputa de preços: às 09:00h:00min do dia 29/07/2025.

eleonora	() Licitação Exclusiva para MEI/ME/EPP–Art.48,I da Lei Complementar nº123/06 () Licitação comitens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI/ME/EPP–Art.48,III da Lei Complementar nº123/06. (X)Licitação de Ampla Participação com justificativa.
Subcontratação	() Permitida a subcontratação no limite legal de 30% do objeto. (X)Vedada a subcontratação.
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro(a)	Rosângela Gomes dos Santos
Endereço	Diretoria de Compras Públicas da FMS, localizada na Rua Governador Artur de Vasconcelos, 3015, Aeroporto, Teresina-PI – CEP: 64.002-595,telefone:86-3228-8761
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DE.	
PROBLEMAS COM CONEXÃO E/ OU DÚVIDAS SOBRE O SITE“GOV.BR/COMPRAS”: Capitais e Regiões metropolitanas:Tel.:0800-978-9001 Demais Localidades:Tel.:0800-978-9001 e site: https://portaldeservicos.gestao.gov.br/pt#/	
DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA.	
Forma de apresentação da proposta	(X)POR ITEM () POR LOTE ANUAL
Critério de julgamento E intervalo de diferença Entre os lances	() MENOR PREÇO “MENSAL” POR LOTE () MAIOR DESCONTO POR LOTE (X) MENOR PREÇO POR ITEM, () MAIOR DESCONTO POR ITEM () TABELA DE PREÇO PRATICADA NO MERCADO O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R\$ 0,10 (Dez centavos).
Consórcio	() Poderão participar empresas em consórcio, (X) Não poderão participar desta contratação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto a ser contratado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.
Validade da proposta	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias , a contar da data da abertura da sessão pública.

Modo de disputa	() ABERTO (X) ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
------------------------	--

SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é Contratação, pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual **contratação de serviços de locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa e máquinas de hemodiálise, a fim de atender às necessidades do HUT (HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA), no município de Teresina - PI**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

1.1.1. *As especificações são as constantes neste instrumento que deverão ser minuciosamente observadas pelos setores administrativos da FMS e pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.*

1.1.1.1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1.1.1. Os serviços a serem licitados são:

AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	UNIDADE (MEDIDA)	TIPO	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (e-govern)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATMAT)	QUANT.	Preço Unit.	Preço Total (Mensal)	Preço Total (Anual)
1	<p>Locação de Máquinas de Hemodiálise para tratamento de insuficiência renal crônica diálise aguda com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva - Fornecimento de peças de reposição. - Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA. 	UNID	SERVIÇO	31373	22829	08	R\$ 4.135,00	R\$ 33.080,00	R\$ 396.960,00
2	<p>Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; 	UNID	SERVIÇO	32294	22837	01	R\$ 14.462,50	R\$ 14.462,50	R\$ 173.550,00

	<p>- Treinamento Operacional;</p> <p>- Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva</p> <p>- Fornecimento de peças de reposição.</p> <p>- Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA.</p>								
3	<p>Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa.</p> <p>Descritivo:</p> <p>Locação de ETA CME – modelo TEC-CLAV300 compostos pelos módulos descritos _ Módulo Pressurização, vazão de 1,0 m3/hr. _ Módulo de Filtração de Particulado, vazão de 1,0 m3/hr _ Módulo de Abrandamento, vazão 1,0 m3/hr _ Módulo de Dosagem Química – Inibidor de Cloro Livre/Anti-incrustante, vazão 5 l/hr _</p> <p>Módulo de Osmose Reversa, vazão de 600 L/hr, _ Módulo de Armazenamento, 100L. _ Módulo de Monitoramento e Controle 1.2- Locação de Osmose Reversa Portátil – modelo AcquaUN</p>	U N I D	SERVIÇ O	48309	22837	01	R\$ 11.672,66	R\$ 11.672,66	R\$ 140.071,6 2
4	<p>Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.</p>	U N I D	SERVIÇ O	49011	22837	01	R\$ 4.472,50	R\$ 4.472,50	R\$ 53.670,00

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.

1.2.DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de

que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.3. Do Tratamento Diferenciado Conferido à ME/EPP/MEI em Contratações e Licitações Públicas

1.3.1. Por se tratar de prestação de serviços, não será aplicado o tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 48, da Lei Complementar nº 123/06.

1.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1. A solução é a aquisição dos itens mediante procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento Menor Preço, de acordo com a Lei 14.133/21.

1.4.2. As quantidades solicitadas neste certame serão para atender o HUT, considerando uma estimativa de pacientes que realizam hemodiálise, a quantidade de equipamentos que necessitam de água tratada no setor de hemodíalises e CME e a legislação específica para os requisitos mínimos para funcionamento.

1.4.3- Descrição do Sist. de Trat. E Dist. De Água para Hemodiálise Fixo UTI – STDAH

1.4.3.1- Sistema de Pressurização:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Sistema composto por duas bombas centrífugas em aço inox 304, vazão mínima de 1,5 m³/hr, motor de potência mínima de 2cv; comandadas por PLC microprocessado, com display LCD, interligado ao módulo de osmose reversa; as bombas devem ser instaladas em paralelo com válvula de retenção na saída de cada bomba;

Tensão Elétrica: 380Vac trifásico

1.4.3.2- Filtro de Profundidade Multi Meios:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Composto por válvula eletromecânica automática DIGITAL (cabeçal) de comando, com display de LCD, permitindo a programação do tempo de cada fase da retrolavagem, contracorrente, acomodação de leito; filtração rápida; permitindo a programação do dia e hora das retrolavagens.

Deve possuir restritor da vazão de retrolavagem, com núcleo de borracha.

Deve possuir como leito filtrante quatro camadas de materiais, 50 litros de antracito, 25 litros de areia especial, 10 litros de pedregulho fino e 5 litros de pedregulho grosso e leito suporte acomodados em tanque de fibra de vidro rotomoldado de 14x65", resistente à pressão nominal de 150 psi. Deve possuir distribuidor inferior e distribuidor superior, tipo crepina de alta vazão e resistência.

Deve possuir na sua instalação hidráulica tomada de amostra, manômetros em aço inox com escala de 0 á 100 PSI com glicerina e transmissor de pressão com escala 0 á 10 bar pré e pós filtro;

Deve possuir válvula antivácuo que impede a implosão do tanque;

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

Quantidade: 01 unid.

1.4.3.3 – Filtro Abrandador:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Composto por válvula eletromecânica automática DIGITAL (cabeçal) de comando, com display LCD, permitindo a programação do tempo de todas as fases da regeneração; contracorrente, compactação de leito, sucção de salmoura, filtração rápida e reposição de água; permitindo a programação do dia e hora das regenerações.

Deve possuir restritor da vazão de retrolavagem, e restritor de sucção de salmoura, ambos com núcleo de borracha.

Deve possuir como leito filtrante duas camadas de materiais, 50 litros de resina catiônica fortemente ácida para abrandamento, ciclo sódico, e leito suporte acomodados em tanque de fibra de vidro rotomoldado de 14x65", resistente à pressão nominal de 150 psi.

Deve possuir distribuidor inferior e distribuidor superior, tipo crepina de alta vazão e resistência

Deve possuir tanque de salmoura de 100 litros em termoplástico com tampa e para regenerações automáticas;

Deve possuir na sua instalação hidráulica tomada de amostra, manômetros em aço inox com escala de 0 á 100 PSI com glicerina e transmissor de pressão com escala 0 á 10 bar pré e pós filtro;

Deve possuir válvula antivácuo que impede a implosão do tanque;

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

1.4.3.4- Sistema de Inibidor de Oxidante:

Vazão: 5l/hr

Características Mínimas: Bomba dosadora á diafragma construída em material compatível com dosagem de Metabissulfito de Sódio, deve possuir restritor da vazão, filtro de sucção e válvula de sentido único com núcleo de borracha.

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

Quantidade: 01 unid.

1.4.3.5- Osmose Reversa Duplo Passo:

Vazão de Permeado da Osmose Reversa: 1,0 m³/hr

Características Mínimas:

1.4.3.5.1- Estrutura:

Deverá ter sua construção em gabinete em aço inox 304.

1.4.3.5.2- Pré Filtração:

Deve possuir filtro microporoso de 01 micron, 20", instalado na entrada do equipamento como forma de proteção contra particulado.

- Filtração por Membranas:

Filtração – Passo 1:

- O passo de filtração deve possuir no mínimo 04 unid. de membranas semipermeáveis de dimensão 4"x40" construídas de poliamida em forma espiral e de baixo consumo de energia, Low Energy; método TFC. Todas as membranas devem estar acondicionadas em vasos de alta pressão construídos em aço inox 304, um vaso para cada membrana.

- O passo de filtração deve ter pressurização realizada por bomba de alta pressão tipo Booster construída em aço inox 304, com capacidade de permear 1,5 m³/hr x 150 psi.

- O passo de filtração deve ter regulagem de rejeito por registros em aço inox tipo agulha para regular a produção, rejeito e as recirculações.

- Deve possuir válvula elétrica de bloqueio em modo de espera (repouso).

- Deve possuir tomadas de amostra de água na saída de cada membrana e engates rápido em polipropileno atóxico, de grau alimentício para interligação dos vasos de alta pressão.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de pressão por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de condutividade por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de vazão de Permeado e Rejeito por transmissor digital com sinal digital pulsado de 0 á 24Vcc.

Filtração – Passo 2:

- O passo de filtração deve possuir no mínimo 03 unid. de membranas semipermeáveis de dimensão 4"x40" construídas de poliamida em forma espiral e de baixo consumo de energia, Low Energy;

método TFC. Todas as membranas devem estar acondicionadas em vasos de alta pressão construídos em aço inox 304, um vaso para cada membrana.

- O passo de filtração deve ter pressurização realizada por bomba de alta pressão tipo Booster construída em aço inox 304, com capacidade de permear 1,0 m³/hr x 150 psi.
- Deve possuir válvula elétrica de bloqueio em modo de espera (repouso).
- O passo de filtração deve ter regulagem de rejeito por registros em aço inox tipo agulha para regular a produção, rejeito e as recirculações.
- Deve possuir tomadas de amostra de água na saída de cada membrana e engates rápido em polipropileno atóxico, de grau alimentício para interligação dos vasos de alta pressão.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de pressão por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de condutividade por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de vazão de Permeado e Rejeito por transmissor digital com sinal digital pulsado de 0 á 24Vcc.

1.4.3.5.3- Auto Flush:

Deve possuir Auto Flush “COM ÁGUA DE PERMADO” no início e no fim de cada ciclo de produção.

1.4.3.5.4- Segurança Contra Falhas:

O equipamento deve possuir dispositivos automáticos de segurança contra falhas via PLC (Controlador Lógico Programável):

- _ Alarmes de condutividade máxima de entrada,
- _ Alarmes de condutividade máxima de saída.
- _ Alarme de pressão mínima de operação.
- _ Alarme de pressão máxima de operação.
- _ Alarme de vazão mínima do permeado.
- _ Bloqueio do equipamento por falta de água e por baixa pressão,
- _ Alarme sonoro e visual sobre problemas hidráulicos, elétricos ou químicos todos com set points acessíveis e passíveis de alteração pelo usuário.

1.4.3.5.5- Programas Automáticos de Limpeza e Sanitização:

- Deve possuir programa de limpeza química automática, controlado por PLC, com uso de bomba dosadora para inserção de solução alcalina, com uso de bomba dosadora para inserção de solução ácida, ambas com sonda de pH acoplada.

- Deve possuir programa de desinfecção controlado por PLC, com uso de bomba dosadora para inserção de solução desinfetante, com sonda de monitoramento de Condutividade e pH acoplada.

Tensão Elétrica: 380Vac trifásico

1.4.3.6 - Sistema de Distribuição de Água Tratada Hemodiálise_

Características Mínimas:

1.4.3.6.1 – A distribuição da água tratada será e forma direta pelo permeado da osmose reversa em tubulação independente servindo as maquinas de hemodiálise, construída em material atóxico e inerte PEX, com distância linear máxima de 180 m lineares, pressão mínima constante de 30 psi, atendendo a pontos em UTI.

1.4.3.6.2 – O procedimento de desinfecção da tubulação deve ser por dosagem automática de ácido peracético à 0,1 %, com uso de bomba dosadora à pistão.

O automatismo da desinfecção deve ser composto de controle liga/desliga via PLC micro-processado, válvulas elétricas para descarte de água, e monitoramento de pH e Condutividade OnLine.

1.4.3.7- Controle Automático por PLC (Controlador Lógico Programável)

Características Mínimas:

1.4.3.7.1- Deve possuir controle de todos os componentes do sistema de tratamento de água por PLC microprocessado interligado a tela de LCD touchscreen de 3,5" ou maior.

1.4.3.7.2- O PLC controlará no mínimo as ações de cada componente do sistema descritas abaixo:

- Controle de liga e desliga da osmose reversa por pressão do loop de distribuição.
- Controle de interrupção da osmose reversa por filtro em manutenção e ou por desinfecção do loop de distribuição.
- Controle do liga e desliga das bombas de pressurização por osmose em produção, e ou filtro do pré-tratamento em manutenção.
- Controle da alternância das bombas de pressurização, alternância mínima a cada 12 horas de trabalho.
- Controle da manutenção dos filtros do pré-tratamento, dia, hora, tempo de execução.
- Controle do automatismo da desinfecção.

1.4.3.7.3- O PLC deve informar via tela de LCD touchscreen em tempo real os parâmetros abaixo:

- * Condutividade de entrada e de saída da osmose;
- * Pressão de trabalho nas membranas, entrada e saída;
- * Vazão de permeado e de rejeito da osmose;

1.4.3.7.4- O PLC deve dispor via tela de LCD touchscreen menu de ajuda para todas as tarefas, com informação acerca da operação corrente;

- * Operação de Produção STDAH.
- * Operação de Limpeza Química Osmose Reversa com sub menu de limpeza alcalina e limpeza ácida.
- * Operação de Desinfecção do Loop de Distribuição.

1.4.3.7.5- O PLC deve dispor via tela de LCD touchscreen pelo um sinótico que demonstrará em tempo real o status de funcionamento de todos os componentes do sistema de tratamento de água.

1.4.4- Monitoramento e Controle Remoto

Características Mínimas:

1.4.4.1- O sistema de tratamento de água deve dispor de dispositivo que possa ser interligado via rede mundial de computadores a um portal dedicado a monitorar, gerar alarmes e controlar remotamente todos os componentes do sistema.

1.4.4.2- A interligação deve monitorar o funcionamento no mínimo de cada componente e de cada parâmetro descrito abaixo:

* Monitorar o status de funcionamento do filtro multi meios indicando os status abaixo

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha.

* Monitorar o status de funcionamento do filtro abrandador indicando os status abaixo

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha.

* Monitorar o status de funcionamento das bombas de pressurização indicando os status abaixo.

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha elétrica/hidráulica.

* Monitorar o status de funcionamento do STDAH indicando os status abaixo

- Status em Produção

- Status em Auto Flush
- Status em Repouso.
- Status em Limpeza Química.
- Status em Desinfecção Loop.

1.4.4.3- A interligação deve gerar alarmes no mínimo de cada parâmetro descrito abaixo:

- * Gerar alarme de falta de água no sistema.
- * Gerar alarme de condutividade de permeado fora de conformidade, acima do limite de 10 microS/cm segundo RDC 11/2014.
- * Gerar alarme de pressão fora do especificado na osmose reversa.
- * Gerar alarme de baixo nível de produção da osmose reversa.
- * Gerar alarme de falta de energia elétrica.
- * Gerar alarme de baixa pressão no sistema de pré-tratamento.
- * Gerar alarme de filtro do pré-tratamento em manutenção fora de horário especificado.
- * Gerar alarme de desinfecção fora de conformidade.

Cada alarme gerado deve ser enviar mensagens para pelo menos cinco e-mails e cinco celulares previamente cadastrados no portal.

1.4.4.4- A interligação deve gerar gráficos de tendências no mínimo de cada parâmetro descrito abaixo:

- * Condutividade da Água Bruta.
- * Condutividade da Água de Permeado da osmose reversa.
- * Pressão de Entrada das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Pressão de Saída das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Vazão Permeado das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Vazão de Rejeito das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.

1.4.5- Descrição Máquina de Hemodiálise

Aparelho indicado para tratamento de pacientes adultos, pediátricos com problemas renais agudos e ou crônicos;

1.4.5.1- Controle totalmente microprocessado ou microcontrolado;

1.4.5.2- Gabinete construído em material com rigidez para absorver impactos, base sólida em material não corrosível e resistente, dotado de rodízios com freio nos dois rodízios frontais ou nos quatro rodízios com acionamento central e com grande facilidade de deslocamento;

1.4.5.3- Sistema volumétrico de mistura da solução de hemodiálise, controle volumétrico de ultrafiltração, fluxo variável da solução de hemodiálise;

1.4.5.4- Bomba de sangue integrada ao equipamento com fluxo automaticamente regulável após a inserção da linha;

1.4.5.5- Monitoração da pressão não-invasiva, com aferição da pressão sistólica e diastólica, podendo realizar medições programadas;

1.4.5.6- Bomba de infusão para heparina programável, para uso com seringas comerciais;

1.4.5.7- Detector de bolhas de ar por ultrassom, bloqueio da linha venosa, monitoração e alarme com detector de vazamento do sangue e ruptura do dialisador (capilar);

1.4.5.8- Equipado para operação com acetato e bicarbonato líquido, com capacidade de diálise com bicarbonato em pó (uso de concentrados dentro dos padrões estabelecidos para hemodiálise), variações de proporção ácida e base;

1.4.5.9- Dispositivo de segurança e proteção das varetas de solução ácida, básica e hansen;

1.4.5.10- Programa de ultrafiltração com controle automático de PTM (pressão trans membrana), pré programação de pelo menos 03 tipos de perfis para ultrafiltração e sódio;

1.4.5.11- Adequado para operação com dialisador (capilar) de baixo e alto fluxo, sódio variável,

variação de fluxo de dialisado;

1.4.5.12- Tela integrada com visão de todos os parâmetros, inclusive:

Temperatura do dialisador na unidade de graus Celsius;

Pressão transmembrana na unidade milímetros de mercúrio;

Fluxo de sangue e do dialisado na unidade mililitro por minuto;

Condutividade de bicarbonato na unidade microsiemens por centímetro

Condutividade de dialisado na unidade microsiemens por centímetro;

Pressão arterial e pressão venosa na unidade milímetros de mercúrio;

Tempo restante da sessão de terapia na unidade horas e minutos;

Meta do volume por ultrafiltração na unidade litros ou quilogramas;

Volume líquido removido na unidade litros ou quilogramas;

Taxa de ultrafiltração na unidade litros por hora;

Taxa de infusão da bomba de heparina na unidade mililitro por hora;

1.4.5.13- Deverá também possuir sistema de autoteste de todas as funções do equipamento e bloqueio quando identificar situações anormais, sistema de bloqueio ou dispositivo de alarme para situações de usar soluções que não foram especificadas para diálise programada; sistema de alarmes áudio visuais com descritivos ou códigos dos alarmes;

1.4.5.14- Sistema de desinfecção automáticas com uso de pelo menos dois sanitizantes no mesmo procedimento.

1.4.5.15- Sistema de desinfecção com uso de sanitizantes, Hipoclorito de Sódio, Ácido Cítrico e Ácido Peracético a qualquer concentração, com calibração individual de cada concentração de cada sanitizante;

1.4.5.16- Dispositivo que permita coleta de dialisado durante procedimento hemodialítico;

1.4.5.17- Dispositivo que permita mensurar o clearance de ureia para medir a eficiência da dose de diálise (finalidade avaliar a função renal);

1.4.5.18- Faixa de fluxo de dialisado: 300-700 ml/min;

1.4.5.19- Faixa de fluxo de UF: 0 a 3l/h;

1.4.5.20- Sistema de avaliação de condutividade tanto da solução do dialisado escala 13 a 16mS/cm, como da solução de bicarbonato escala 0 a 5mS/cm.

1.4.5.21- Alimentação: 220 Vac / 60 Hz;

1.4.5.22- Obrigatoriedade de assistência técnica local permanente na cidade de Teresina-Pi;

1.4.5.23- Instalação do equipamento e treinamento operacional "in colocó" no mínimo 10 horas para todos os plantões e deverá assumir todos os custos relativos a estes procedimentos;

1.4.5.23.1- A instalação deverá ser feita pela Contratada na presença dos técnicos e profissionais do Hospital de Urgência de Teresina , sem ônus. A instalação compreende: a conferência de partes e peças, montagem do equipamento, a realização de testes finais, ajustes e calibração que coloquem o equipamento em perfeito funcionamento.

1.4.5.23.2- Ficar a Contratada obrigada a treinar os profissionais do Hospital de Urgência de Teresina "in colocó" , sem ônus adicional posteriores ao processo de aquisição, na manutenção e operação do(s) equipamento(s), bem como fornecer um Certificado de Conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento. O treinamento envolverá todas as partes do equipamento e oferecerá um nível de conhecimento e profundidade equivalente a aquele fornecido pela CONTRATADA a seus próprios Técnicos/Engenheiros. O treinamento técnico consistirá de:

a) Treinamento técnico "in colocó" de no mínimo 16 horas, com teoria e pratica, capacitando para que se possa realizar a manutenção, sendo, esse treinamento administrado pelo fabricante/ assistência Fundação Municipal Teresina de Saúde técnica ou seu representante comercial quando o produto não for fabricando no Brasil, onde o mesmo se responsabilizará por todas as despesas de transporte

e estadias;

b) Parte teórica, com detalhamento técnico do equipamento bem como rotinas de manutenções preventivas, corretivas e calibração do mesmo;

c) Parte prática a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

d) O equipamento utilizado durante o treinamento técnico deverá ser fornecido pela empresa CONTRATADA, e que deverá ser idêntico ao adquirido pela contratante não sendo admitida, em hipótese alguma, a utilização do equipamento adquirido em decorrência deste contrato para realização do treinamento.

1.4.5.24- Treinamentos operacionais, ministrados continuamente ou quando solicitado pelo setor;

1.4.5.25- Registro no Ministério da Saúde/ANVISA;

1.4.5.26- Equipamento deverá ser novo, nunca antes usado;

1.4.5.27- Permita ajuste de temperatura do dialisado pelo usuário no mínimo ou inferior a 35°C e no mínimo ou superior a 39°C;

Acompanham:

- Todos os acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento;

- Manuais de operação e serviço em português.

1.4.6. DETALHAMENTO TÉCNICO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

1.4.6.1- Manutenção do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise – STDAH

O serviço de operação e manutenção do STDAH – Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise deste TR deverá manter sob sua exclusiva responsabilidade operador técnico (OT), Químico ou Técnico em Química, com registro em órgão profissional competente e responsável técnico (RT), Engenheiro Químico, com registro em órgão profissional competente responsabilizando-se pela análise de todos os testes, limpeza química, desinfecção, ajustes, reparos e reposição de peças quando se fizer necessário. Todos os serviços e análises deverão ter apresentação de relatório técnico a cada mês de operação

1.4.6.1.1- Forma de Manutenção do STDAH

Visita técnica, de um operador técnico (OP) devidamente treinado para operar o STDAH, com carga horária mínima de 04 horas para execução das atividades de análise diária dos parâmetros abaixo:

- Cloro Livre de água potável a ser coletada nos reservatórios de armazenamento de água potável;

- Cloro Livre de água potável a ser coletada no ponto de amostra pré osmose;

- Cloro Livre de água potável a ser coletada no ponto de amostra pós osmose;

- Cloro Total de água tratada a ser coletado no ponto de amostra pós-osmose reversa duplo passo;

- Dureza Total de água potável a ser coletada no ponto de amostra préabrandador;

- Dureza Total de água potável a ser coletada no ponto de amostra pós abrandador;

- Condutividade de água potável pré osmose reversa;

- Condutividade de água tratada pós-osmose reversa, primeiro passo;

- Condutividade de água tratada a ser coletada no ponto de amostragem do loop;

- pH de água potável pré osmose reversa;

- pH de água tratada pós osmose reversa, primeiro passo;

- Pressão de água potável a ser aferido no ponto de pré-multi meios;

- Pressão de água portátil a ser aferido no ponto préabrandador;

- Pressão de água portátil a ser aferido no ponto pré osmose reversa;

- Pressão de água tratada a ser aferido no ponto do loop;

- Vazão de água tratada da osmose reversa, primeiro passo;

- Vazão de água de rejeito da osmose reversa, primeiro passo;
- Pressão de entrada das membranas da osmose reversa, primeiro passo;
- Pressão de saída das membranas da osmose reversa, primeiro passo;
- Cor aparente da água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios
- Turbidez de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios;
- Odor de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios;
- Sabor de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi-meios.

OBS: Toda análise de parâmetros acima indicados devem ser realizados em equipamentos de precisão máxima de 3%.

- Visita técnica **mensal**, de um técnico devidamente treinado para coleta de amostras do STDAH:

- * Coleta de amostra do ponto pré-multi meios.
- * Coleta de amostra do ponto pós osmose reversa
- * Coleta de amostra do ponto retorno do loop.

O ônus da coleta, envio ao laboratório é de total responsabilidade do licitante;

- Visita técnica **mensal** de um técnico devidamente treinado para realização de processo de desinfecção química do subsistema de armazenamento e distribuição de água tratada. Em caso de comprovação via laudo laboratorial de alguma contaminação é de total responsabilidade do licitante as realizações de quantos processos de desinfecção no ponto contaminado forem necessários para regularização do padrão microbiológico determinado pela RDC n.º 11/2014 - ANVISA.

- Visita técnica **trimestral** de um técnico devidamente treinado para realização de processo de limpeza química e desinfecção de membranas do equipamento de osmose reversa, primeiro e segundo passo.

- Visita técnica **semestral**, para coleta de amostra de água do ponto pós-osmose reversa para análise química. O ônus da coleta, envio ao laboratório é de total responsabilidade do licitante.

- Manutenção **preventiva**, periodicidade determinada pelo fabricante, e manutenção **corretiva** tantas quantas forem necessárias a regularização do padrão de funcionamento determinado pelo fabricante, das partes listadas abaixo. Toda a substituição e ou reparo, caso seja necessário, é de total responsabilidade do licitante. As partes são pertencentes ao sistema de tratamento de água e reuso de água é de total responsabilidade da licitante.

Lista de partes:

- Bombas de pressurização
- Válvula eletromecânica de controle dos filtros
- Leito multimeios
- Leito de resina catiônica
- Filtro bacteriostático
- Manômetros de aferição de pressão
- Pressostatos de aferição de pressão
- Bombas de alta pressão
- Membranas semipermeáveis para osmose reversa
- Válvulas elétricas á diafragma
- Transdutores de pressão eletrônicos.
- Rotâmetros eletrônicos de aferição de fluxo
- Condutivimetro termocompensados;
- Quadro de comando eletroeletrônico composto por PLC, IHM, disjuntor-motor, contactoras, fonte estabilizada. Quadro pertencente equipamento de osmose reversa duplo passo

Quando se fizer necessário à manutenção corretiva, a contratada deverá atender a Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 horas após ciência do comunicado, ficando obrigada a concluir o serviço no

prazo máximo de 48 horas.

1.4.6.2 - Forma de Manutenção Máquina de Hemodiálise

1.4.6.2.1 - Manutenção Preventiva:

Manutenção preventiva com visita técnica mensal para aferição dos parâmetros de controle e verificação de componentes de segurança dos equipamentos descritos no objeto desta proposta e com troca anual de kit de manutenção preventiva.

-- Parâmetros de Controle Equipamentos de Hemodiálise

- Autoteste
- Desinfecção
- Fluxo
- Mixem system
- Temperatura
- Condutividade
- Remoção de UF

-- Componentes de Segurança Equipamentos de Hemodiálise _

- Alarme de falta de água.
- Alarme de temperatura.
- Alarme de condutividade.
- Alarme de pressão venosa.
- Alarme de pressão arterial
- Alarme de pressão TMP
- Alarme de BLD – BloodLeak
- Alarme de Ar

1.4.6.2.2– Manutenção Corretiva:

Manutenção corretiva, **com reposição de peças**, via chamado por e-mail, aplicativo e ou celular, para reparo de toda e qualquer pane nos equipamentos constantes na proposta. O tempo de atendimento aos chamados de manutenção corretiva é de 02 horas após a abertura do chamado.

1.4.6.2.3- Análises Microbiológicas Solução de Dialisato

Deve ser feita análise microbiológica mensal de uma amostra da solução de diálise (dialisato) colhida da máquina de diálise, imediatamente antes do dialisador, no final da sessão RDC 11/2014, art 58, ANVISA. Uma amostra por equipamento de hemodiálise.

Deve ser estabelecida uma rotina de coleta de amostras, com registro, de forma que anualmente as análises microbiológicas do dialisato tenham sido realizadas em amostras colhidas de todas as máquinas.

Quando algum paciente apresentar sinais ou sintomas típicos de bacteremia ou reações pirogênicas durante a hemodiálise, deve-se proceder imediatamente à coleta de amostra e envio para análise, sem prejuízo de outras ações julgadas necessárias.

1.4.7 - Itens Inclusos nos Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva

1.4.7.1. O local de retirada ou manutenção do equipamento para a prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência será no Setor de Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina - HUT, localizado Rua Dr. Otto Tito, número 1820, bairro Redenção, Teresina – PI.

1.4.7.2. A CONTRATADA será responsável pela execução das atividades técnicas e administrativas relacionadas à Manutenção Programada (Inspeções, Manutenção Preventiva, Calibração, etc.), Manutenção Corretiva e demais intervenções técnicas dos equipamentos de Hemodíalises sob sua responsabilidade, da forma a seguir.

1.4.7.3. DA MANUTENÇÃO PROGRAMADA:

1.4.7.3.1. A CONTRATADA deverá executar as rotinas periódicas (Inspeções, verificações

manutenção preventiva, calibração, etc.) e demais atividades programadas com o objetivo de manter a operabilidade, prevenir defeitos, falhas e acidentes e identificar e corrigir pequenos defeitos relacionados aos aparelhos de hemodiálise sob sua responsabilidade.

1.4.7.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma para as Manutenções Preventivas/Calibrações dos equipamentos, que deverão seguir a periodicidade recomendada pelo fabricante ou frequência Anual, o intervalo que for menor.

1.4.7.3.3. Os serviços de Manutenção Programada, deverão seguir procedimentos padrões elaborados pela contratada e aprovadas pelo Setor de Manutenção do HUT e devem incluir, minimamente, as seguintes tarefas, respeitando as características para o modelo do equipamento:

I - inspeção e lubrificação geral;

II - testes de segurança e desempenho;

III - verificação de carrinho e rodízios (trocar quando necessário),

IV - verificação de cabo de alimentação, além de plug/tomada (trocar quando necessário);

V - verificação de tubos, mangueiras e conexões;

VI - verificação de filtros;

VII - verificação de chaves, botões e controles de painel;

VIII - verificação de motores e bombas;

IX - verificação e substituição de peças, acessórios ou insumos com vida útil vencida (baterias, filtros, etc);

X - verificação de alarmes;

XI - verificação de corrente de fuga;

XII - verificação nos detectores de fuga de sangue (na linha de dialisato) e de ar ou espuma (na linha de sangue) [níveis prescritos pelo fabricante];

XIII - verificação da temperatura (exatidão e alarmes);

XIV - verificação da condutividade (exatidão e alarmes);

XV - verificação do circuito de pressão do sangue (monitoramento);

XVI - verificação da bomba de heparina;

XVII - verificação do monitor de pressão negativa do dialisato;

XVIII - verificação dos demais sensores ou monitores (pH, ultrafiltração, etc);

XIX - verificação das condições de climatização e infraestrutura física do ambiente para a adequada operação do equipamento (e sinalização à Contratada em casos de desacordo) e integridade de softwares (reinstalar sempre que necessário);

XX - verificação de integridade física do equipamento;

XXI - realização de limpeza interna de placas eletrônicas, se aplicável;

XXII - execução de todas as rotinas preventivas, testes de segurança elétrica e de calibração exigidas pelo manual de serviço do equipamento.

1.4.7.4. Além disso, para cada equipamento deverá ser executada uma rotina de periodicidade mensal, para verificação, calibração e ajuste de:

I - Condutividade;

II - Temperatura;

III - Fluxos 800ml/min, 500ml/min e 300ml/min;

IV - Vazamentos (Blood Leak); V - Sistema Dimens;

VI - Pressão Venosa;

VII - Pressão arterial.

1.4.7.4.1. O cronograma das manutenções programadas deverá ser enviado anualmente ao Setor de Manutenção do HUT, o qual deverá aprovar a execução.

1.4.7.5. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1.4.7.5.1. Será dever da CONTRATADA executar as atividades de reparo, conserto, correção, reconfiguração, ajuste e outras atividades que visem restabelecimento das condições normais de funcionamento nos equipamentos de Hemodiálise sob sua responsabilidade.

1.4.7.5.2. Deverá ser disponibilizado contato telefônico ou eletrônico para abertura de chamados, com funcionamento 24 Horas, 7 dias por semana.

1.4.7.5.3. A manutenção corretiva será executada sempre que solicitada, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ônus adicional, até o restabelecimento das condições normais de funcionamento do(s) equipamento(s).

1.4.7.5.4. Para todos os serviços de manutenção executados deverão ser gerados relatórios de serviço, assinado por colaborador do Hospital e pelo técnico executor.

1.4.7.5.5. As cópias dos relatórios de serviços e da documentação técnica gerada (Certificados, checklists, etc) deverão ser entregues ao Setor de Manutenção após a finalização de cada serviço.

1.4.7.5.6. Os relatórios de serviço devem conter minimamente a identificação do equipamento, o registro de atendimento (data e hora de recebimento do chamado e datas e horas de início e finalização do serviço), a relação de atividades executadas e a eventual relação de peças substituídas.

1.4.7.5.7. Todos os serviços deverão ser executados preferencialmente nas dependências do Hospital de Urgência de Teresina - HUT, localizado Rua Dr. Otto Tito, número 1820, bairro Redenção, Teresina - PI.

1.4.7.5.7.1. A retirada dos equipamentos para execução externa de manutenções, quando não for possível o reparo "in loco", deve ser autorizada SOMENTE pelo Setor de Manutenção do HUT.

1.4.7.5.7.2. A CONTRATADA se responsabilizará, nestes casos, por todas as despesas e pelo transporte (retirada e devolução) e guarda do material retirado.

1.4.7.6. DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES:

1.4.7.6.1. A CONTRATADA deverá substituir, sempre que necessário, TODAS as peças, componentes ou acessórios que forem indispensáveis ao correto funcionamento do equipamento, com exceção de filtros.

1.4.7.6.2. Correrá por conta da Contratada a substituição de todas as peças que sofrem desgastes nos equipamentos, tais como baterias, relés, contatares, resistores especiais, capacitares, transistores, circuitos integrados, válvulas eletrônicas, válvulas e retificadores de alta tensão, fios e cabos elétricos, parafusos, arruelas, díodos, enrolamentos, lâmpadas, ferragens, vaselina, silicone, rodízios, solda, fios e demais elementos e peças dos quais dependem o perfeito funcionamento e a boa conservação dos aparelhos.

1.4.7.6.3. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás. produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

1.4.7.6.4. A eventual necessidade de substituição de peças, deverão ser aplicadas preferencialmente peças novas com qualidade de fabricação semelhante às originais.

1.4.7.6.5. É vedado, em quaisquer circunstâncias, a utilização de peças recondicionadas, fora do prazo de validade, recicladas, remanufaturadas, ou provenientes de reutilização de material já empregado.

1.4.7.6.6. É também vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado dos equipamentos ou alteração de seus projetos;

1.4.7.7. Fornecimento de peças e/ou acessórios que caracterizem aumento da capacidade e/ou

recursos originais do equipamento.

1.4.8 DESCRIÇÃO DA OSMOSE REVERSA PORTÁTIL COM PRÉ TRATAMENTO – VAZÃO 180LPH

1.4.8.1 Objeto: Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.

1.4.8.2 Dados Operacionais:

1.4.8.2.1 Vazão Permeado: 180 á 200 LPH

1.4.8.2.2 Vazão Rejeito: 50 á 70 LPH

1.4.8.2.3 Pressão de Alimentação de Água Potável - Operação: 10 á 30 psi

1.4.8.2.4 Pressão de Alimentação de Água Potável – Manutenção: 30 á 50 psi

1.4.8.2.5 Alimentação Elétrica: 220Vac Monofásica

1.4.8.2.6 Condutividade de Permeado: 0 á 10 microS/cm

1.4.8.3. Material Construtivo:

1.4.8.3.1. Equipamento construído em aço inox 304, material inerte à corrosão, com revestimento acústico interno para manutenção de baixo índice de ruído.

1.4.8.3.2. Equipamento dotado de rodízios para fácil locomoção com travas de segurança

1.4.8.4 Pré Tratamento:

1.4.8.4.1. 01 unid. Filtro de Partícula Automático de vazão 4,0LPM, corpo em polietileno revestido em fibra de vidro, dimensão , leito filtrante com carga de Zoelita 1,00 á 3,00mm, válvula automática para manutenção em contra corrente.

1.4.8.4.2 01 unid. Filtro Abrandador Automático de vazão 4,0LPM, corpo em polietileno revestido em fibra de vidro, dimensão , leito filtrante com carga de Resina Catiônica, válvula automática para manutenção em contra corrente/regeneração.

1.4.8.4.3 01 unid. Filtro Partícula de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante PP 5 Micra.

1.4.8.4.4 01 unid. Filtro Carvão Ativado de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante Carbon Block 5 Micra.

1.4.8.4.5 01 unid. Filtro Partícula de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante PP 1 Micra.

1.4.8.5 Circuito Hidráulico:

1.4.8.5.1 Pressurização: Dotado de pressurização externo, vazão de 4,0LPM, pressão de operação 30 á 60 psi, alimentação elétrica 220Vac.

1.4.8.5.2 Proteção Contra Baixa/Alta Pressão: Dotado de pressostato de baixa e alta pressão, com contato elétrico NA para bloqueio da operação da osmose reversa.

1.4.8.5.3 Bomba de Alta Pressão: Dotado de bomba á palheta ou a diafragma, construída em material inerte, vazão de 4,0LPM, pressão 100 á 250 psi.

1.4.8.5.4 Membrana de Osmose Reversa: Dotada de 02 unid. de Membrana para Osmose Reversa, 4"x21", método construtivo TFC, percentual de rejeição salina > 97%, acondicionada em vaso de alta pressão AI 304 End Port.

1.4.8.5.5 Recirculação Permeado: Recirculação interna de permeado que possibilita um uso mais racional da água utilizada no processo de hemodiálise, com controle de pressão para alimentação das maquinas de hemodiálise em 10 á 30 psi.

1.4.8.6 Controle de Qualidade e Monitoramento:

1.4.8.6.1 Processo – Produção/Manutenção/Sanitização: Controle de processo por PLC, Controlador Lógico Programável, ou tecnologia compatível com três modos Operação, Manutenção e Sanitização.

Interação com o operador via IHM e ou LCD com apresentação dos parâmetros, vazão, pressão e condutividade, e indicação visual de alarmes.

1.4.8.6.2 Condutividade: Controle e monitoramento de qualidade via medidor de condutividade digital para aferição da condutividade do permeado da osmose reversa com limite superior de alarme programável, configuração de fábrica em 10 $\mu\text{S}/\text{cm}$.

1.4.8.6.3 Pressão: Controle e monitoramento de pressão de alimentação das membranas por transdutor eletrônico de pressão paravisualização e controle do nível de pressão operacional.

1.4.8.6.4 Vazão: Controle e monitoramento de vazão por fluxômetro digital tipo rotâmetro que indica o valor do permeado de água tratada e do rejeito de água.

SEÇÃO II - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A empresa deve comprovar possuir equipamentos indicados para atender as necessidades do Hospital e seguir os padrões normatizados e regulamentados pelo Ministério da Saúde, RDC 11/2014 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências e RDC N° 919, de 19 DE SETEMBRO DE 2024 que Dispõe sobre o planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos Sistemas de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além de responsabilizar-se-á por todo o sistema descrito no item 1.1 desde a entrega dos equipamentos garantindo assim a manutenção preventiva e corretiva.

2.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

2.2.1. Os itens desta contratação, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do Artigo 7º, XI, da Lei 12.305 de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014.

2.2.2. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta RLCE 2.0.

2.2.3. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente locação tem como propósito: contribuir com melhoria da qualidade de vida da população como um todo, harmonizar com a redução de desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar de Clínicas tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Entende-se ainda como sustentabilidade social a contribuição com os aspectos laborativos, agregando ao ambiente de trabalho, a apresentação de forma confortável e agradável a seus colaboradores.

2.2.4. Em atendimento ao Art. 28º, inciso XII, do Regulamento de Licitações 2.0.; e em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível:

2.2.4.1. a constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

2.2.4.2. os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.2.4.3. os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb),

cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

2.2.5. Logística reversa:

2.2.5.1. logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

2.2.5.2. conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de produtos perigosos, tais como:

2.2.6. agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), ou em normas técnicas; a) pilhas e baterias; b) pneus; c) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; d) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

2.2.7. conforme citado no Parágrafo Primeiro, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da logística reversa. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

2.2.8. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a aplicação de atitudes de sustentabilidade econômica no âmbito do CHC foi optar por produtos com menor impacto ambiental.

2.2.9. A empresa Contratada deverá apresentar as políticas de manutenção e reparo dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição frequente.

2.2.10. Condições de trabalho: o fornecedor deverá adotar boas práticas de trabalho, como garantia de condições seguras e salubres para os funcionários envolvidos na locação e manutenção dos equipamentos.

2.2.11. Recomenda-se que os fornecedores que tenham ações relacionadas ao compromisso com a inclusão de grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade econômica.

2.2.12. A contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

2.2.13. A contratada deverá Instruir seus empregados no consumo de energia elétrica e água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

2.2.14. As peças e materiais a serem descartados após a manutenção deverão ser devolvidos à CONTRATADA que deverá observar os requisitos de gerenciamento de resíduo.

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Eletrônico e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Cadastramento Eletrônico até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.5. Ampla Concorrência– Item 01, 02, 03 e 04 - para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de “Microempresa–ME” ou “Empresa de Pequeno Porte–EPP” ou “Microempreendedor Individual–MEI” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

3.2. Da Subcontratação

3.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3. ESTARÃO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.11 O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.14. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3.16. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

3.4. EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIOS

3.4.1. Não poderão participar desta contratação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto a ser contratado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

3.4.2. As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

3.4.3. O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas em edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

3.4.4. Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados por parte de cada consorciado,

admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

3.4.5. A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

3.4.6. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

3.4.7. A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

3.4.8. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

3.4.9. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

3.4.10. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

3.4.11. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

3.4.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 -TCU-Plenário).

3.4.13. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

3.4.14. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.4.15. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.4.16. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores.

3.4.17. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5. DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:

3.5.1. No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

SEÇÃO IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após a fases de lances e apresentação das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.4.12.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.4.13.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.4.14.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.4.15.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.4.16. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.4.17.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.4.18.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4.19.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.20. A LICITANTE DEVERÁ CONSIGNAR, NA PROPOSTA O PREÇO UNITÁRIO COM NO MÁXIMO 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VIRGULA OU PERCENTUAL DE DESCONTO, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida neste Edital.

4.21. Os documentos digitalizados devem ser anexados em ARQUIVO ÚNICO (FORMATO PDF). Caso o tamanho do arquivo ultrapasse o limite permitido pelo sistema, poderá o licitante anexar outro(s) arquivo(s), observando a JUNÇÃO E COMPRESSÃO dos documentos.

SEÇÃO V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

5.1.2.Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

5.1.3.Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar ao (AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO), por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado.

5.1.4.A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

5.1.5.Valor unitário e anual dos itens, bem como o valor total do ITEM;

5.1.6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1.6.1.Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é

o valor unitário, fixado neste Termo de Referência. Os valores que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas

5.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

5.2.1. Valor Global: de R\$ **764.251,92 (setecentos e sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e noventa e dois centavos).**

5.2.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência.

5.2.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM

5.2.4. É permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Serão admitidas propostas com preços diferentes para um mesmo item desde que:

- a) O objeto seja realizado ou entregue em locais diferentes e para os quais seja possível mensurar a diferença em função desta condição;
- b) Em função da forma e do local do acondicionamento do bem;
- c) Por outros motivos, desde que justificados pelo demandante.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos fiscalizadores de controle externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5.12. Dos Critérios de Aceitação da Proposta

5.12.1.As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM

5.12.2.As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com os preços dos produtos ofertados.

5.12.3.As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

5.12.4.É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

5.12.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

5.12.6.O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

5.12.7.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

5.13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA READEQUADA

5.13.1. Deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02h(duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7.O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10*).

6.9.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10.O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11.Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 6.11.1. esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.11.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.11.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.11.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.11.13. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.11.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.11.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.11.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

- 6.11.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.11.18. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.11.19. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.11.20. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.11.21. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.11.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.11.23. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.11.24. empresas brasileiras;
- 6.11.25. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.11.26. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.11.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.11.28. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:*
- 6.11.29. A contratação será definida como divisível, tornando necessário o parcelamento.
- 6.11.30. A licitação deve propiciar à Administração Pública a contratação mais vantajosa, de forma que o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, determina a divisão do objeto em tantas parcelas quanto técnica e economicamente viável, o que amplia a competição, conquanto, de toda sorte, que essa escolha possa resultar maior economicidade, o que determina a escolha desta contratação;
- 6.11.31. Visando maior economicidade devido ao ganho de escala é que a Contratação deverá ser feita em Item;
- 6.11.32. Considerando também a perda para a Administração Pública em termos de Gestão das informações dos equipamentos, que contempla no objeto da contratação, caso a contratação seja pulverizada em muitos contratos diferentes. Situação que prejudicaria a gestão das informações sobre os equipamentos.
- 6.11.33. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.11.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.11.35. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.11.36. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se

for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.11.37.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.38.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

SEÇÃO VII - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1.Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1.Sistema de Cadastramento Eletrônico;

7.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.1.4.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.1.1.5.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas) . (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.1.1.6.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.1.1.7.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.1.1.8.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.1.9.Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.1.1.10.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício..

7.1.1.11.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 24.748, de 5 de setembro de 2023.

7.2.Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1.contiver vícios insanáveis;

7.2.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.2.6.No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.2.7.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.2.8.que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.2.9.inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.2.10.Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.2.11.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.2.12.Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.2.13.Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.2.14.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.2.15.No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.2.16.Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3.Da **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

SEÇÃO VIII - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2.Da Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Da Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. Da Qualificação Econômico-Financeira

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (**Decreto Municipal nº 23.847, de 2023**), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.2.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o **capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.**

8.2.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

8.2.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.2.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.5. Da Qualificação Técnica

8.2.5.1. Alvará de licença, compatível com o objeto da contratação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal.

8.2.5.2. O Alvará de Licença deverá ser do local das instalações onde serão executados os serviços a serem licitados.

8.2.5.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2.5.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documento.

8.2.5.5.- Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

- Registro e declaração de quitação da empresa licitante no CRQ e CREA

- Registro no CREA do Responsável Técnico pelo comando elétrico/eletrônico (RT), Eng. Eletricista.

- Registro no CRQ e no CREA do Responsável Técnico pelo Controle de Qualidade (RT), Eng. Químico.

- Acervo técnico dos RTs, Eng. Químico e Eng. Eletricista, compatível com o serviço licitado – Serviço de Operação/Manutenção de STDAH e Manutenção de Máquina de Hemodiálise ;

- Registro no CRQ e CREA do Operador Técnico (OP), Químico, para manutenção no STDAH.

- Todos os equipamentos devem estar com certificado de calibração dentro de período de validade do contrato de locação

8.2.5.6- O licitante deverá comprovar via contrato o acordo com laboratório de análise microbiológica para análise mensal de sete amostras a serem coletadas nos equipamentos constantes no objeto deste TR.

SEÇÃO IX - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

9.1 A CONTRATANTE se reserva o direito de solicitar do licitante **melhor classificado**, amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica, que será realizada por técnicos especializados designados pela CONTRATANTE;

9.2 Considerando a inviabilidade do envio de amostra do item diante o objeto em questão, será solicitado quando necessário o catálogo, ficha técnica, manual de operação, manual técnico do produto para avaliação das características técnicas.

9.3 Os documentos apresentados pelos licitantes deverão ser avaliados por técnicos especializados designados pela contratante no prazo máximo de cinco (05) dias úteis.

9.4 As análises dos documentos serão realizadas por especialistas habilitados, nomeados pela Gerência Responsável.

9.5 **Os critérios que serão utilizados para análise dos documentos apresentados, deverão ser definidos pelo setor técnico do órgão demandante:** Será avaliado se todo o descritivo do objeto que consta no termo de referência está contemplado nas características técnicas do equipamento e avaliar se está condizente com o solicitado.

SEÇÃO X - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

10.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

10.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

SEÇÃO XI - DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fará jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

11.3. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.10. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos casos previstos em regulamento.

SEÇÃO XII – DAS FONTES DE RECURSOS E DO VALOR ESTIMADO

- Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
- Unidades: 001, 002.
- Fonte: 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
- Fonte: 659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde.
- O custo estimado total da contratação será **R\$ R\$ 764.251,92** (Setecentos e Sessenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Dois Centavos), **conforme mapa comparativo (12281809) a data do orçamento estimado é de 23/05/2025.**

SEÇÃO XIII -DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

13.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

13.1.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;

13.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, compreendidos os casos de reajuste, repactuação e de reequilíbrio em sentido estrito, feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.

13.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para

Rua Governador Raimundo Artur Vasconcelos, 3015, Aeroporto, Teresina – PI

CNPJ: 05.522.917/0001-70. Telefone (86) 3228-8760/8761.

apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.2.1.2. Comunicar ao contratante, com pelo menos 15 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.2.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.2.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.2.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.2.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.2.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.2.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.2.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.2.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.2.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.2.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;

13.2.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.2.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.2.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.2.1.21. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.2.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local R. Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção .

13.2.1.22.1 Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

13.2.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.2.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.1.25 Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

13.2.1.26 Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

13.2.1.27 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

13.2.1.28 Instalar equipamentos novos, nunca antes usados, reformados ou reconicionados, em linha de fabricação comprovado pelo fabricante. A comprovação se dará por apresentação de nota fiscal dos equipamentos.

13.2.1.29. A contratada deverá manter um Técnico apto ao conserto das máquinas, na cidade de Teresina, durante toda a vigência do contrato, todos os dias da semana. O técnico deve ser treinado pelo fabricante e possuir registro no conselho de classe.

13.2.1.30. A contratada deverá emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) tanto para a manutenção dos equipamentos quanto para o sistema de tratamento de água.

13.2.1.31. Em caso de paralisação do funcionamento do equipamento e/ou partes dele e não sendo possível restabelecer seu funcionamento dentro do prazo estipulado neste Termo de referência, a Contratada se obriga a substituí-lo por outro equipamento e/ou partes com as mesmas especificações e capacidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas para as máquinas e 02 (duas horas) para partes/peças/equipamentos do Sistema de Tratamento de Água, contadas da solicitação da Contratante para manutenção, salvo se houver outro prazo acordado entre as partes contratantes.

13.2.1.32. A Contratada deverá possuir reserva técnica de partes/peças/equipamentos que são fundamentais para o funcionamento do sistema/serviço, tais como: bomba de água, filtros, membranas, outros.

13.2.1.33. Quando a assistência técnica envolver outro fabricante que não a Contratada, esta deverá apresentar-se quando solicitado, com o termo de compromisso assinado pelo fabricante do equipamento.

13.2.1.34. A Contratada fornecerá uma relação completa de todos os materiais de consumo necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, com a respectiva procedência (fabricante e nacionalidade). A relação deverá estar anexada à proposta comercial.

13.2.1.35. A Contratada deverá informar o prazo previsto para o funcionamento normal do equipamento (vida útil), bem como para a sua obsolescência tecnológica.

13.2.1.36. A Contratada deverá indicar claramente em sua proposta comercial que atende estas cláusulas especiais para esta aquisição.

13.2.1.37. Fica o solicitante responsável pelo cumprimento das cláusulas devendo encaminhar quando da entrega do equipamento, do processo e de toda a documentação pertinente.

13.2.1.38. O equipamento a ser adquirido deverá obedecer rigorosamente NBR (Normas Brasileira Regulamentadora) compatível ao objeto contratado.

13.2.1.39. Responsabilizar-se pela assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como todas as mensalidades e horas técnicas necessárias para o pleno funcionamento de seus equipamentos junto ao HUT, sem ônus para FMS:

13.2.1.40. Prestar assistência técnica e científica permanente em Teresina/PI, com comprovação residencial e carteira de trabalho do técnico ou contrato de prestação de serviço durante toda a vigência do contrato. A comprovação dar-se-á no momento da assinatura do contrato.

13.2.1.41. Atender as solicitações de assistência técnica e científica de imediato ou no prazo máximo de 2 (duas) horas a conta da data e hora solicitação e com contato direto com assessor por telefone e/ou similar,

13.2.1.42. Substituir o(s) equipamento(s) venham a paralisar (mais de três vezes consecutivas) por constantes defeitos técnicos e/ou defeitos que não tenham sido sanados nos prazos acima estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação oficial. O equipamento que substituir o que estiver paralisado deverá ter a mesma capacidade e as mesmas especificações do que foi substituído, ou superiores, e atender às necessidades do serviço a que se destina, mantidas as demais condições do contrato, sem ônus para FMS;

13.2.1.43. Fornecer os acessórios necessários à operação e manutenção, incluindo limpeza e desobstrução:

13.2.1.44. Dar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, inclusive substituição de peças. sem ônus para FMS

13.2.1.45. Obriga-se a Contratada a ter Responsável Técnico, devidamente Registrado no CREA ou CFT e emitir ART (Acervo de Registro Técnico) relativo ao Contrato de Prestação de Serviços.

13.2.1.46. O responsável técnico deverá participar de reuniões com a fiscalização do contrato sobre

questões referentes a execução do contrato sempre que solicitado.

13.2.1.47. A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) preposto, com a atribuição de gerir as demandas administrativas, financeiras e/ou relativas aos funcionários da CONTRATADA;

13.2.1.48. O preposto deverá ser aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato;

13.2.1.49. O técnico da firma prestadora de serviço deverá, obrigatoriamente, se apresentar ao Chefe do Setor de Manutenção, antes do início de quaisquer trabalhos, para acompanhamento dos serviços a serem realizados;

13.2.1.50. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

13.2.1.51. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2.1.52. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.1.53. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.2.1.54. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.2.1.55. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.2.1.56. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.2.1.57. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.2.1.58. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.2.1.59. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.2.1.60. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

13.2.1.61. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.2.1.62. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

13.2.1.63. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.2.1.64. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência

anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.2.1.65. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.2.1.66. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.1.67. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.2.1.68. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.2.1.69. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

13.2.1.70. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

13.2.1.71. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.2.1.72.. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

13.2.1.73. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.2.1.74. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

SEÇÃO XIV – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

14.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

14.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

14.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

SEÇÃO XV - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1. Do Recebimento do Objeto

15.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto neste item.

15.1.2. A Fiscalização Técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no presente anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.1.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será de acordo com os parâmetros estabelecido pela FMS:

15.1.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.1.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

15.1.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 17, I do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

15.1.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências trabalhistas, sociais e previdenciárias decorrentes da execução do contrato (art. 15, caput do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

15.1.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

15.1.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.1.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.1.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.1.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

15.1.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.1.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.1.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, que pode ser servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

15.1.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 17, II do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

15.1.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

15.1.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

15.1.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.1.17.1.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.1.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.1.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.

15.2.Da Liquidação

15.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.2.6. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

15.3. Do Pagamento

15.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

15.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

15.3.3. Cópia legível do empenho;

15.3.4. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

15.3.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

15.3.6. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

15.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

15.3.8. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

15.3.9. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

15.3.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

15.3.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

15.3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária

para pagamento.

15.3.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.3.14. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.3.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.3.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.3.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.3.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

15.3.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.3.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado;

15.3.22. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de acordo com a tabela do item 1 para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

SEÇÃO XVI -DAS CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

16.1. Para ter direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Se houver interesse, em substituição aos documentos citados.

16.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que

tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização, conforme previsto na Lei Complementar 147/2014.

16.3.A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos do art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006.

SEÇÃO XVII - DOS RECURSOS

17.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

17.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:processoeletronico@pmt.pi.gov.br.

SEÇÃO XVIII - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;

2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;

2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma de regulamento.

SEÇÃO XIX - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail: rosangela.cplcompras@gmail.com*

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XX - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. A entrega e realização do objeto será feita no Hospital de urgência de Teresina - HUT (Rua Dr. Otto Tito 1820, bairro : Redenção) e mediante AGENDAMENTO PRÉVIO, por meio do telefone (86) 3218-5199 das 07h às 13h horas (horários de funcionamento), em dias úteis, no prazo máximo de 60 dias, contados a partir do envio, pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho, sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do contrato devidamente assinado.

20.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário e garantindo o bom funcionamento no hospital.

20.3. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da CONTRATADA.

20.4. A CONTRATADA deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da CONTRATANTE, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do fornecedor.

20.4. A CONTRATANTE emitirá NOTA DE EMPENHO, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item.

20.5. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

20.6. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

20.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo (12) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

20.8. Procedimentos de transição finalização do contrato

20.8.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas

- a) Entrega do relatório anual das manutenções corretivas e preventivas executadas.
- b) Ter concluído todo o plano de manutenção preventiva previsto para o ano do contrato.
- c) Entregar inventário atualizado com data de atualização do último mês vigente do contrato.
- d) Entregar relação de todas as peças e matérias substituídas durante o contrato anual em tabela explicativa.
- e) Retirada de materiais, equipamentos, objetos e etc. das instalações das unidades de saúde.

SEÇÃO XXI – DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

21.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

21.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

21.2.2. Seguro-garantia;

21.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

21.3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

21.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

21.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da

data em que for notificada.

21.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Art.100 da Lei n.º 14.133, de 2021). 21.8. No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

SEÇÃO XXII – DA VISTORIA

22.1 Não há obrigatoriedade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

22.2. Fica aberta aos proponentes deste certame, a opção de fazer visita técnica a fim de verificar o inventário disponibilizado neste, com o parque tecnológico disponível nas unidades que compõem este termo de referência, para que não haja inconsistência nas informações.

22.3. A visita técnica deverá ser previamente agendada com setor de engenharia clínica - FMS, através do e-mail: manutencaohut16@gmail.com, para que seja autorizada a entrada nas dependências da unidade de saúde e disponibilizado um servidor da unidade durante todo o levantamento do parque tecnológico, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas. Na solicitação deverá constar nome da empresa proponente, nome do visitante, CPF do visitante e data do agendamento, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da licitação.

22.4. Na ocasião da vistoria, a empresa deverá trazer pronta a Declaração Formal de Vistoria (**Anexo II**) que será assinada neste momento por servidor responsável pelo setor de hotelaria ou CCIH ou Diretoria Administrativa de cada Hospital/Unidade de Saúde, juntamente com o representante legal da empresa.

22.5. Realizada ou não a vistoria, em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes.

SEÇÃO XXIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras].

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II: MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO “EMPRESA”

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ANEXO VII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ANEXO VIII: MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

ANEXO IX: MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

ANEXO X: MINUTA DO CONTRATO.

Teresina (PI), 08 de Julho de 2025.

Eleonora Parentes Sampaio Fernandes
Diretora de Compras Públicas – DCP/FMS

Francisco das Chagas de Sá e Pádua
Presidente da Fundação Municipal de Saúde – FMS/PMT

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PARTE ESPECÍFICA

**TERMO DE REFERÊNCIA
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO - NUMA-HUT
Processo Administrativo nº 00045.003149/2025-64**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação, pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual **contratação de serviços de locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa e máquinas de hemodiálise, a fim de atender às necessidades do HUT (HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA), no município de Teresina - PI**, conforme especificações da planilha abaixo:

Quadro 01 – Descritivo do objeto.

CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	UNIDADE (MEDIDA)	TIPO	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (e-governo)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATSER)	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (MENSAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
1	<p>Locação de Máquinas de Hemodiálise e para tratamento de insuficiência renal crônica diálise aguda com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva 	UNID	SERVIÇO	31373	22829	08	R\$ 4.135,00	R\$ 33.080,00	R\$ 396.960,00

	<p>- Fornecimento de peças de reposição.</p> <p>- Cessão de Mão de Obra Especializada - R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA.</p>								
2	<p>Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo</p> <p>- Fornecimento;</p> <p>- Instalação;</p> <p>- Treinamento Operacional;</p> <p>- Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva</p> <p>- Fornecimento de peças de reposição.</p> <p>- Cessão de Mão de Obra Especializada</p>	UNID	SERVIÇO	32294	22837	01	R\$ 14.462,50	R\$ 14.462,50	R\$ 173.550,00

	a – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente e qualificado por Certificação CREA.								
3	<p>Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa.</p> <p>Descritivo:</p> <p>Locação de ETA CME – modelo TEC-CLAV300 compostos pelos módulos descritos – Módulo Pressurização, vazão de 1,0 m3/hr. – Módulo de Filtração de Particulado, vazão de 1,0 m3/hr – Módulo de Abrandamento, vazão 1,0 m3/hr – Módulo de Dosagem Química – Inibidor de Cloro Livre/Anti-incrustante, vazão 5 l/hr –</p> <p>Módulo de Osmose Reversa, vazão de 600 L/hr,</p>	UNID	SERVIÇO	48309	22837	01	R\$ 11.672,66	R\$ 11.672,66	R\$ 140.071,62

	Módulo de Armazenamento, 100L. _ Módulo de Monitoramento e Controle 1.2- Locação de Osmose Reversa Portátil – modelo AcquaUN								
4	Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.	UNID	SERVIÇO	49011	22837	01	R\$ 4.472,50	R\$ 4.472,50	R\$ 53.670,00
Total Geral								R\$ 63.687,66	R\$ 764.251,92

OBS 1: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governo) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da Tabela.

1.2. A Classificação dos Serviços Comuns

1.2.1. O serviço a ser contratado é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. Da Vigência e da Prorrogação da Contratação

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.4. Do Tratamento Diferenciado Conferido à ME/EPP/MEI em Contratações e Licitações Públicas

1.4.1. O certame em questão não se enquadra nas hipóteses de aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, pelos seguintes motivos:

1.4.2. Valor estimado superior a R\$ 80.000,00: Nos termos do art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar, a administração pública deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP/MEI quando o valor estimado da contratação for de até R\$ 80.000,00 por item ou lote. Considerando que três dos itens deste certame possuem valores estimados superiores a esse limite, não se aplica, portanto, a reserva de cota exclusiva para esses itens.

1.4.3. Item 4 – Justificativa específica: Embora o item 4 possua valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, também não será aplicado o tratamento diferenciado, considerando as particularidades do objeto. Trata-se da locação de sistema portátil de tratamento de água, com capacidade para atendimento simultâneo de até três máquinas de hemodiálise, incluindo pré-tratamento capaz de adequar a água potável à osmose reversa, com permeado atendendo aos requisitos da RDC nº 11/2014 da ANVISA.

1.4.4. A especificidade e a criticidade do serviço, essencial para garantir a segurança sanitária e a qualidade do atendimento em procedimentos de hemodiálise, exigem alto grau de especialização, robustez técnica e atendimento rigoroso às normas da vigilância sanitária. Diante disso, a adoção do tratamento diferenciado neste caso não se revela vantajosa para a administração pública, podendo inclusive representar risco à adequada execução contratual e prejuízo ao conjunto do objeto, o que encontra amparo no disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a não aplicação dos arts. 47 e 48 quando tal tratamento não for vantajoso ou possa comprometer a qualidade ou a integralidade do objeto contratado.

1.4.5. Diante dos fundamentos expostos, resta devidamente justificada a não aplicação do tratamento diferenciado para os itens deste certame, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação e seus quantitativos dispõe de fundamentação legal e técnica conforme Estudo técnico preliminar, e destina-se serviços de locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa e máquinas de hemodiálise Intensiva, melhorando assim, a assistência aos pacientes.

2.2 O objeto LOCAÇÃO de equipamentos, engloba Máquinas de Hemodiálise de Proporção e Sistema Fixo de Tratamento de Água para Hemodiálise por Osmose Reversa Duplo Passo - STDAH, com fornecimento de insumos, assistência técnica para a manutenção preventiva e corretiva, e R.T-Responsabilidade Técnica para gerenciamento de tecnologias á saúde em atendimento a RDC 919/2024 e RDC 11/2014-ANVISA para atender a demanda do HUT (HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA).

2.3. A osmose reversa é um processo físico-químico que usa uma membrana semipermeável para remover impurezas da água. A água purificada é essencial para a hemodiálise, pois os pacientes estão em contato direto com a água utilizada no processo. A osmose reversa é importante em ambientes hospitalares porque:

Garante a qualidade da água para procedimentos médicos, preparo de soluções e higienização;

Controla a contaminação microbiológica da água;

É versátil e pode ser aplicada em várias áreas do hospital;

A osmose reversa é um processo físico-químico que utiliza uma membrana semipermeável para remover impurezas, substâncias e microorganismos da água;

A membrana de osmose reversa é capaz de remover mais de 99% dos sais dissolvidos, bactérias, pirogênicos, coloides, orgânicos e partículas da água;

A água purificada pela osmose reversa é isenta de agentes químicos e outros componentes que poderiam comprometer a limpeza dos equipamentos;

A qualidade da água é fundamental para a funcionalidade dos equipamentos e instrumentais da CME. Água contaminada pode causar a proliferação de bactérias e infecções, mesmo que os equipamentos estejam esterilizados;

2.4 Assim, a garantia da qualidade da água é fundamental para a segurança do paciente renal além de garantir a funcionalidade dos equipamentos, evitando assim contaminações e garantindo uma boa assistência ao paciente. Justifica-se o processo, por não apresentar nenhum contrato na Rede FMS e o contrato vigente (N° 159/2019) no HUT tem vencimento: 08/07/2025.

2.5 A hemodiálise é um tratamento essencial para pacientes com insuficiência renal, pois substitui a função dos rins ao filtrar o sangue. O processo, realizado várias vezes por semana, envolve riscos à saúde se não houver equipamentos confiáveis e adequadamente mantidos.

2.6 As máquinas de hemodiálise funcionam de maneira contínua e complexa, exigindo alta precisão para garantir a segurança do paciente. Devido ao uso intensivo, esses equipamentos estão sujeitos a desgastes frequentes, e qualquer falha pode comprometer a eficiência do tratamento e a saúde dos pacientes.

2.7. Diante disso, é indispensável manter os equipamentos em condições adequadas e seguras. A manutenção deve ser realizada por uma empresa especializada, que disponha de técnicos qualificados e das ferramentas adequadas, assegurando tanto o bom funcionamento contínuo quanto a segurança para o uso.

2.8 Com base nas informações acima fica configurado que se trata de um serviço contínuo e essencial para o bom funcionamento do Hospital podendo ser encaixado na definição do Art 6. Inciso XV da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. Portanto, a contratação de uma empresa especializada de locação desses equipamentos com manutenção de equipamentos de hemodiálise e osmose reversa é essencial para garantir segurança, eficiência e a disponibilidade contínua das máquinas.

2.10. Diante do exposto e considerando a alta complexidade tecnológica do equipamento, exigências de normas e o fato de que o Setor de Manutenção do HUT não possui condições técnicas e equipe qualificada para realização das manutenções, torna-se necessária nova contratação de empresa de locação desses equipamentos com manutenção dos equipamentos de hemodiálise e osmose reversa especificados neste instrumento.

Quadro 2 - Histórico de consumo e cálculo da média do período

EQUIPAMENTOS	MÉDIA DE CONSUMO NO ANO 2022	MÉDIA DE CONSUMO NO ANO 2023	MÉDIA DE CONSUMO NO ANO 2024	MÉDIA DE CONSUMO DO PERÍODO (A)
Locação de Máquinas de Hemodiálise para tratamento de insuficiência renal	8	8	8	8

crônica e diálise aguda.				
Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo.	1	1	1	1
Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa par CME.	0	0	0	0
Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.	0	0	0	0

Quadro 3 - Cálculo da quantidade estimada da contratação

EQUIPAMENTO	MÉDIA DE CONSUMO DO PERÍODO (A)	EXPECTATIVA DE AUMENTO OU REDUÇÃO DE CONSUMO (B)	QUANT. NECESSÁRIA (consumo ou utilização provável) (A + B)	QUANT. EM ESTOQUE (C)	QUANT. ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO (A + B - C)
Locação de Máquinas de Hemodiálise para tratamento de insuficiência renal crônica e	8	0	8	0	8

diálise aguda com:					
Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo	1	0	1	0	1
Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa para CME.	0	1	1	0	1
Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.	0	1	1	0	1

2.5 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.5.1. Com base no Decreto 24.008 de 24 de abril de 2023, Art. 10 informa-se que a Fundação Municipal de Saúde (FMS) deverá elaborar seu plano de contratação anual (PCA) em conformidade com as regras definidas pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMA), ademais é mister ressaltar que ainda no parágrafo único do artigo supracitado o PCA será elaborado a partir das diretrizes do Plano de Logística Sustentável. Desse modo fica condicionado a criação do PCA a partir da concretização das regras que deverão ser estabelecidas pela SEMA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução é a aquisição dos itens mediante procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento Menor Preço, de acordo com a Lei 14.133/21.

3.2. As quantidades solicitadas neste certame serão para atender o HUT, considerando uma estimativa de pacientes que realizam hemodiálise, a quantidade de equipamentos que necessitam de água tratada no setor de hemodíalises e CME e a legislação específica para os requisitos mínimos para funcionamento.

3.3- Descrição do Sist. de Trat. E Dist. De Água para Hemodiálise Fixo UTI – STDAH

3.3.1- Sistema de Pressurização:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Sistema composto por duas bombas centrífugas em aço inox 304, vazão mínima de 1,5 m³/hr, motor de potência mínima de 2cv; comandadas por PLC microprocessado, com display LCD, interligado ao módulo de osmose reversa; as bombas devem ser instaladas em paralelo com válvula de retenção na saída de cada bomba;

Tensão Elétrica: 380Vac trifásico

3.3.2- Filtro de Profundidade Multi Meios:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Composto por válvula eletromecânica automática DIGITAL (cabeçal) de comando, com display de LCD, permitindo a programação do tempo de cada fase da retrolavagem, contracorrente, acomodação de leito; filtração rápida; permitindo a programação do dia e hora das retrolavagens.

Deve possuir restritor da vazão de retrolavagem, com núcleo de borracha.

Deve possuir como leito filtrante quatro camadas de materiais, 50 litros de antracito, 25 litros de areia especial, 10 litros de pedregulho fino e 5 litros de pedregulho grosso e leito suporte acomodados em tanque de fibra de vidro rotomoldado de 14x65", resistente á pressão nominal de 150 psi. Deve possuir distribuidor inferior e distribuidor superior, tipo crepina de alta vazão e resistência.

Deve possuir na sua instalação hidráulica tomada de amostra, manômetros em aço inox com escala de 0 á 100 PSI com glicerina e transmissor de pressão com escala 0 á 10 bar pré e pós filtro;

Deve possuir válvula antivácuo que impede a implosão do tanque;

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

Quantidade: 01 unid.

3.3.3 – Filtro Abrandador:

Vazão: 1,5 m³/hr

Características Mínimas: Composto por válvula eletromecânica automática DIGITAL (cabeçal) de comando, com display LCD, permitindo a programação do tempo de todas as fases da regeneração; contracorrente, compactação de leito, sucção de salmoura, filtração rápida e reposição de água; permitindo a programação do dia e hora das regenerações.

Deve possuir restritor da vazão de retrolavagem, e restritor de sucção de salmoura, ambos com núcleo de borracha.

Deve possuir como leito filtrante duas camadas de materiais, 50 litros de resina catiônica fortemente ácida para abrandamento, ciclo sódico, e leito suporte acomodados em tanque de fibra de vidro rotomoldado de 14x65", resistente á pressão nominal de 150 psi.

Deve possuir distribuidor inferior e distribuidor superior, tipo crepina de alta vazão e resistência

Deve possuir tanque de salmoura de 100 litros em termoplástico com tampa e para regenerações automáticas;

Deve possuir na sua instalação hidráulica tomada de amostra, manômetros em aço inox com escala de 0 á 100 PSI com glicerina e transmissor de pressão com escala 0 á 10 bar pré e pós filtro;

Deve possuir válvula antivácuo que impede a implosão do tanque;

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

3.3.4- Sistema de Inibidor de Oxidante:

Vazão: 5l/hr

Características Mínimas: Bomba dosadora á diafragma construída em material compatível com dosagem de Metabissulfito de Sódio, deve possuir restritor da vazão, filtro de sucção e válvula de sentido único com núcleo de borracha.

Tensão Elétrica: 220Vac monofásico

Quantidade: 01 unid.

3.3.5- Osmose Reversa Duplo Passo:

Vazão de Permeado da Osmose Reversa: 1,0 m3/hr

Características Mínimas:

3.3.5.1- Estrutura:

Deverá ter sua construção em gabinete em aço inox 304.

3.3.5.2- Pré Filtração:

Deve possuir filtro microporoso de 01 micron, 20", instalado na entrada do equipamento como forma de proteção contra particulado.

- Filtração por Membranas:

Filtração – Passo 1:

- O passo de filtração deve possuir no mínimo 04 unid. de membranas semipermeáveis de dimensão 4"x40" construídas de poliamida em forma espiral e de baixo consumo de energia, Low Energy; método TFC. Todas as membranas devem estar acondicionadas em vasos de alta pressão construídos em aço inox 304, um vaso para cada membrana.

- O passo de filtração deve ter pressurização realizada por bomba de alta pressão tipo Booster construída em aço inox 304, com capacidade de permear 1,5 m3/hr x 150 psi.

- O passo de filtração deve ter regulagem de rejeito por registros em aço inox tipo agulha para regular a produção, rejeito e as recirculações.

- Deve possuir válvula elétrica de bloqueio em modo de espera (repouso).

- Deve possuir tomadas de amostra de água na saída de cada membrana e engates rápido em polipropileno atóxico, de grau alimentício para interligação dos vasos de alta pressão.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de pressão por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de condutividade por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.

- O passo de filtração deve ter monitoramento de vazão de Permeado e Rejeito por transmissor digital com sinal digital pulsado de 0 á 24Vcc.

Filtração – Passo 2:

- O passo de filtração deve possuir no mínimo 03 unid. de membranas semipermeáveis de dimensão 4"x40" construídas de poliamida em forma espiral e de baixo consumo de energia, Low Energy; método TFC. Todas as membranas devem estar acondicionadas em vasos de alta pressão construídos em aço inox 304, um vaso para cada membrana.

- O passo de filtração deve ter pressurização realizada por bomba de alta pressão tipo Booster construída em aço inox 304, com capacidade de permear 1,0 m3/hr x 150 psi.

- Deve possuir válvula elétrica de bloqueio em modo de espera (repouso).

- O passo de filtração deve ter regulagem de rejeito por registros em aço inox tipo agulha para regular a produção, rejeito e as recirculações.
- Deve possuir tomadas de amostra de água na saída de cada membrana e engates rápido em polipropileno atóxico, de grau alimentício para interligação dos vasos de alta pressão.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de pressão por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de condutividade por transmissor digital com sinal analógico de 4 á 20mA.
- O passo de filtração deve ter monitoramento de vazão de Permeado e Rejeito por transmissor digital com sinal digital pulsado de 0 á 24Vcc.

3.3.5.3- Auto Flush:

Deve possuir Auto Flush “COM ÁGUA DE PERMADO” no início e no fim de cada ciclo de produção.

3.3.5.4- Segurança Contra Falhas:

O equipamento deve possuir dispositivos automáticos de segurança contra falhas via PLC (Controlador Lógico Programável):

- _ Alarmes de condutividade máxima de entrada,
- _ Alarmes de condutividade máxima de saída.
- _ Alarme de pressão mínima de operação.
- _ Alarme de pressão máxima de operação.
- _ Alarme de vazão mínima do permeado.
- _ Bloqueio do equipamento por falta de água e por baixa pressão,
- _ Alarme sonoro e visual sobre problemas hidráulicos, elétricos ou químicos todos com set points acessíveis e passíveis de alteração pelo usuário.

3.3.5.5- Programas Automáticos de Limpeza e Sanitização:

- Deve possuir programa de limpeza química automática, controlado por PLC, com uso de bomba dosadora para inserção de solução alcalina, com uso de bomba dosadora para inserção de solução ácida, ambas com sonda de pH acoplada.
- Deve possuir programa de desinfecção controlado por PLC, com uso de bomba dosadora para inserção de solução desinfetante, com sonda de monitoramento de Condutividade e pH acoplada.

Tensão Elétrica: 380Vac trifásico

3.3.6 - Sistema de Distribuição de Água Tratada Hemodiálise_

Características Mínimas:

3.3.6.1 – A distribuição da água tratada será e forma direta pelo permeado da osmose reversa em tubulação independente servindo as máquinas de hemodiálise, construída em material atóxico e inerte PEX, com distância linear máxima de 180 m lineares, pressão mínima constante de 30 psi, atendendo a pontos em UTI.

3.3.6.2 – O procedimento de desinfecção da tubulação deve ser por dosagem automática de ácido peracético à 0,1 %, com uso de bomba dosadora à pistão.

O automatismo da desinfecção deve ser composto de controle liga/desliga via PLC microprocessado, válvulas elétricas para descarte de água, e monitoramento de pH e Condutividade OnLine.

3.3.7- Controle Automático por PLC (Controlador Lógico Programável)

Características Mínimas:

3.3.7.1- Deve possuir controle de todos os componentes do sistema de tratamento de água por PLC microprocessado interligado a tela de LCD touchscreen de 3,5” ou maior.

3.3.7.2- O PLC controlará no mínimo as ações de cada componente do sistema descritas abaixo:

- Controle de liga e desliga da osmose reversa por pressão do loop de distribuição.
- Controle de interrupção da osmose reversa por filtro em manutenção e ou por desinfecção do loop de distribuição.
- Controle do liga e desliga das bombas de pressurização por osmose em produção, e ou filtro do pré-tratamento em manutenção.
- Controle da alternância das bombas de pressurização, alternância mínima a cada 12 horas de trabalho.
- Controle da manutenção dos filtros do pré-tratamento, dia, hora, tempo de execução.
- Controle do automatismo da desinfecção.

3.3.7.3- O PLC deve informar via tela de LCD touchscreen em tempo real os parâmetros abaixo:

- * Condutividade de entrada e de saída da osmose;
- * Pressão de trabalho nas membranas, entrada e saída;
- * Vazão de permeado e de rejeito da osmose;

3.3.7.4- O PLC deve dispor via tela de LCD touchscreen menu de ajuda para todas as tarefas, com informação acerca da operação corrente;

- * Operação de Produção STDAH.
- * Operação de Limpeza Química Osmose Reversa com sub menu de limpeza alcalina e limpeza ácida.
- * Operação de Desinfecção do Loop de Distribuição.

3.3.7.5- O PLC deve dispor via tela de LCD touchscreen pelo um sinótico que demonstrará em tempo real o status de funcionamento de todos os componentes do sistema de tratamento de água.

3.4- Monitoramento e Controle Remoto

Características Mínimas:

3.4.1- O sistema de tratamento de água deve dispor de dispositivo que possa ser interligado via rede mundial de computadores a um portal dedicado á monitorar, gerar alarmes e controlar remotamente todos os componentes do sistema.

3.4.2- A interligação deve monitorar o funcionamento no mínimo de cada componente e de cada parâmetro descrito abaixo:

* Monitorar o status de funcionamento do filtro multi meios indicando os status abaixo

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha.

* Monitorar o status de funcionamento do filtro abrandador indicando os status abaixo

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha.

* Monitorar o status de funcionamento das bombas de pressurização indicando os status abaixo.

- Status em operação
- Status em manutenção.
- Status em falha elétrica/hidráulica.

* Monitorar o status de funcionamento do STDAH indicando os status abaixo

- Status em Produção
- Status em Auto Flush
- Status em Repouso.
- Status em Limpeza Química.
- Status em Desinfecção Loop.

3.4.3- A interligação deve gerar alarmes no mínimo de cada parâmetro descrito abaixo:

- * Gerar alarme de falta de água no sistema.
- * Gerar alarme de condutividade de permeado fora de conformidade, acima do limite de 10 microS/cm segundo RDC 11/2014.
- * Gerar alarme de pressão fora do especificado na osmose reversa.
- * Gerar alarme de baixo nível de produção da osmose reversa.
- * Gerar alarme de falta de energia elétrica.
- * Gerar alarme de baixa pressão no sistema de pré-tratamento.
- * Gerar alarme de filtro do pré-tratamento em manutenção fora de horário especificado.
- * Gerar alarme de desinfecção fora de conformidade.

Cada alarme gerado deve ser enviar mensagens para pelo menos cinco e-mails e cinco celulares previamente cadastrados no portal.

3.4.4- A interligação deve gerar gráficos de tendências no mínimo de cada parâmetro descrito abaixo:

- * Condutividade da Água Bruta.
- * Condutividade da Água de Permeado da osmose reversa.
- * Pressão de Entrada das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Pressão de Saída das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Vazão Permeado das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.
- * Vazão de Rejeito das Membranas da Osmose Reversa Duplo Passo.

3.5- Descrição Máquina de Hemodiálise

Aparelho indicado para tratamento de pacientes adultos, pediátricos com problemas renais agudos e ou crônicos;

3.5.1- Controle totalmente microprocessado ou microcontrolado;

3.5.2- Gabinete construído em material com rigidez para absorver impactos, base sólida em material não corrosível e resistente, dotado de rodízios com freio nos dois rodízios frontais ou nos quatro rodízios com acionamento central e com grande facilidade de deslocamento;

3.5.3- Sistema volumétrico de mistura da solução de hemodiálise, controle volumétrico de ultrafiltração, fluxo variável da solução de hemodiálise;

3.5.4- Bomba de sangue integrada ao equipamento com fluxo automaticamente regulável após a inserção da linha;

3.5.5- Monitoração da pressão não-invasiva, com aferição da pressão sistólica e diastólica, podendo realizar medições programadas;

3.5.6- Bomba de infusão para heparina programável, para uso com seringas comerciais;

3.5.7- Detector de bolhas de ar por ultrassom, bloqueio da linha venosa, monitoração e alarme com detector de vazamento do sangue e ruptura do dialisador (capilar);

3.5.8- Equipado para operação com acetato e bicarbonato líquido, com capacidade de diálise com bicarbonato em pó (uso de concentrados dentro dos padrões estabelecidos para hemodiálise), variações de proporção ácida e base;

3.5.9- Dispositivo de segurança e proteção das varetas de solução ácida, básica e hansen;

3.5.10- Programa de ultrafiltração com controle automático de PTM (pressão trans membrana), pré programação de pelo menos 03 tipos de perfis para ultrafiltração e sódio;

3.5.11- Adequado para operação com dialisador (capilar) de baixo e alto fluxo, sódio variável, variação de fluxo de dialisado;

3.5.12- Tela integrada com visão de todos os parâmetros, inclusive:

Temperatura do dialisador na unidade de graus Celsius;

Pressão transmembrana na unidade milímetros de mercúrio;

Fluxo de sangue e do dialisado na unidade mililitro por minuto;

Condutividade de bicarbonato na unidade microsiemens por centímetro

- Condutividade de dialisado na unidade microsiemens por centímetro;
Pressão arterial e pressão venosa na unidade milímetros de mercúrio;
Tempo restante da sessão de terapia na unidade horas e minutos;
Meta do volume por ultrafiltração na unidade litros ou quilogramas;
Volume líquido removido na unidade litros ou quilogramas;
Taxa de ultrafiltração na unidade litros por hora;
Taxa de infusão da bomba de heparina na unidade mililitro por hora;
- 3.5.13- Deverá também possuir sistema de autoteste de todas as funções do equipamento e bloqueio quando identificar situações anormais, sistema de bloqueio ou dispositivo de alarme para situações de usar soluções que não foram especificadas para diálise programada; sistema de alarmes áudio visuais com descritivos ou códigos dos alarmes;
- 3.5.14- Sistema de desinfecção automáticas com uso de pelo menos dois sanitizantes no mesmo procedimento.
- 3.5.15- Sistema de desinfecção com uso de sanitizantes, Hipoclorito de Sódio, Ácido Cítrico e Ácido Peracético a qualquer concentração, com calibração individual de cada concentração de cada sanitizante;
- 3.5.16- Dispositivo que permita coleta de dialisado durante procedimento hemodialítico;
- 3.5.17- Dispositivo que permita mensurar o clearance de ureia para medir a eficiência da dose de diálise (finalidade avaliar a função renal);
- 3.5.18- Faixa de fluxo de dialisado: 300-700 ml/min;
- 3.5.19- Faixa de fluxo de UF: 0 a 3l/h;
- 3.5.20- Sistema de avaliação de condutividade tanto da solução do dialisado escala 13 a 16mS/cm, como da solução de bicarbonato escala 0 a 5mS/cm.
- 3.5.21- Alimentação: 220 Vac / 60 Hz;
- 3.5.22- Obrigatoriedade de assistência técnica local permanente na cidade de Teresina-Pi;
- 3.5.23- Instalação do equipamento e treinamento operacional "*in loco*" no mínimo 10 horas para todos os plantões e deverá assumir todos os custos relativos a estes procedimentos;
- 3.5.23.1- A instalação deverá ser feita pela Contratada na presença dos técnicos e profissionais do Hospital de Urgência de Teresina , sem ônus. A instalação compreende: a conferência de partes e peças, montagem do equipamento, a realização de testes finais, ajustes e calibração que coloquem o equipamento em perfeito funcionamento.
- 3.5.23.2- Ficar a Contratada obrigada a treinar os profissionais do Hospital de Urgência de Teresina "*in loco*" , sem ônus adicional posteriores ao processo de aquisição, na manutenção e operação do(s) equipamento(s), bem como fornecer um Certificado de Conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento. O treinamento envolverá todas as partes do equipamento e oferecerá um nível de conhecimento e profundidade equivalente a aquele fornecido pela CONTRATADA a seus próprios Técnicos/Engenheiros. O treinamento técnico consistirá de:
- a) Treinamento técnico "*in loco*" de no mínimo 16 horas, com teoria e pratica, capacitando para que se possa realizar a manutenção, sendo, esse treinamento administrado pelo fabricante/ assistência Fundação Municipal Teresina de Saúde técnica ou seu representante comercial quando o produto não for fabricando no Brasil, onde o mesmo se responsabilizará por todas as despesas de transporte e estadias;
- b) Parte teórica, com detalhamento técnico do equipamento bem como rotinas de manutenções preventivas, corretivas e calibração do mesmo;
- c) Parte prática a ser efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, os conhecimentos teóricos adquiridos, bem como identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções.

d) O equipamento utilizado durante o treinamento técnico deverá ser fornecido pela empresa CONTRATADA, e que deverá ser idêntico ao adquirido pela contratante não sendo admitida, em hipótese alguma, a utilização do equipamento adquirido em decorrência deste contrato para realização do treinamento.

3.5.24- Treinamentos operacionais, ministrados continuamente ou quando solicitado pelo setor;

3.5.25- Registro no Ministério da Saúde/ANVISA;

3.5.26- Equipamento deverá ser novo, nunca antes usado;

3.5.27- Permita ajuste de temperatura do dialisado pelo usuário no mínimo ou inferior a 35°C e no mínimo ou superior a 39°C;

Acompanham:

- Todos os acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento;

- Manuais de operação e serviço em português.

3.6. DETALHAMENTO TÉCNICO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

3.6.1- Manutenção do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise – STDAH

O serviço de operação e manutenção do STDAH – Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise deste TR deverá manter sob sua exclusiva responsabilidade operador técnico (OT), Químico ou Técnico em Química, com registro em órgão profissional competente e responsável técnico (RT), Engenheiro Químico, com registro em órgão profissional competente responsabilizando-se pela análise de todos os testes, limpeza química, desinfecção, ajustes, reparos e reposição de peças quando se fizer necessário. Todos os serviços e análises deverão ter apresentação de relatório técnico a cada mês de operação

3.6.1.1- Forma de Manutenção do STDAH

Visita técnica, de um operador técnico (OP) devidamente treinado para operar o STDAH, com carga horária mínima de 04 horas para execução das atividades de análise diária dos parâmetros abaixo:

- Cloro Livre de água potável a ser coletada nos reservatórios de armazenamento de água potável;
- Cloro Livre de água potável a ser coletada no ponto de amostra pré osmose;
- Cloro Livre de água potável a ser coletada no ponto de amostra pós osmose;
- Cloro Total de água tratada a ser coletado no ponto de amostra pós-osmose reversa duplo passo;
- Dureza Total de água potável a ser coletada no ponto de amostra préabrandador;
- Dureza Total de água potável a ser coletada no ponto de amostra pós abrandador;
- Condutividade de água potável pré osmose reversa;
- Condutividade de água tratada pós-osmose reversa, primeiro passo;
- Condutividade de água tratada a ser coletada no ponto de amostragem do loop;
- pH de água potável pré osmose reversa;
- pH de água tratada pós osmose reversa, primeiro passo;
- Pressão de água potável a ser aferido no ponto de prémulti meios;
- Pressão de água portátil a ser aferido no ponto préabrandador;
- Pressão de água portátil a ser aferido no ponto pré osmose reversa;
- Pressão de água tratada a ser aferido no ponto do loop;
- Vazão de água tratada da osmose reversa, primeiro passo;
- Vazão de água de rejeito da osmose reversa, primeiro passo;
- Pressão de entrada das membranas da osmose reversa, primeiro passo;
- Pressão de saída das membranas da osmose reversa, primeiro passo;
- Cor aparente da água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios
- Turbidez de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios;
- Odor de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi meios;
- Sabor de água potável a ser coletada no ponto pós filtro multi-meios.

OBS: Toda análise de parâmetros acima indicados devem ser realizados em equipamentos de precisão máxima de 3%.

- Visita técnica **mensal**, de um técnico devidamente treinado para coleta de amostras do STDAH:

* Coleta de amostra do ponto pré-multi meios.

* Coleta de amostra do ponto pós-osmose reversa

* Coleta de amostra do ponto retorno do loop.

O ônus da coleta, envio ao laboratório é de total responsabilidade do licitante;

- Visita técnica **mensal** de um técnico devidamente treinado para realização de processo de desinfecção química do subsistema de armazenamento e distribuição de água tratada. Em caso de comprovação via laudo laboratorial de alguma contaminação é de total responsabilidade do licitante as realizações de quantos processos de desinfecção no ponto contaminado forem necessários para regularização do padrão microbiológico determinado pela RDC n.º 11/2014 - ANVISA.

- Visita técnica **trimestral** de um técnico devidamente treinado para realização de processo de limpeza química e desinfecção de membranas do equipamento de osmose reversa, primeiro e segundo passo.

- Visita técnica **semestral**, para coleta de amostra de água do ponto pós-osmose reversa para análise química. O ônus da coleta, envio ao laboratório é de total responsabilidade do licitante.

- Manutenção **preventiva**, periodicidade determinada pelo fabricante, e manutenção **corretiva** tantas quantas forem necessárias a regularização do padrão de funcionamento determinado pelo fabricante, das partes listadas abaixo. Toda a substituição e ou reparo, caso seja necessário, é de total responsabilidade do licitante. As partes são pertencentes ao sistema de tratamento de água e reuso de água é de total responsabilidade da licitante.

Lista de partes:

- Bombas de pressurização

- Válvula eletromecânica de controle dos filtros

- Leito multimeios

- Leito de resina catiônica

- Filtro bacteriostático

- Manômetros de aferição de pressão

- Pressostatos de aferição de pressão

- Bombas de alta pressão

- Membranas semipermeáveis para osmose reversa

- Válvulas elétricas á diafragma

- Transdutores de pressão eletrônicos.

- Rotâmetros eletrônicos de aferição de fluxo

- Condutivimetro termocompensados;

- Quadro de comando eletroeletrônico composto por PLC, IHM, disjuntor-motor, contactoras, fonte estabilizada. Quadro pertencente equipamento de osmose reversa duplo passo

Quando se fizer necessário à manutenção corretiva, a contratada deverá atender a Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 horas após ciência do comunicado, ficando obrigada a concluir o serviço no prazo máximo de 48 horas.

3.6.2 - Forma de Manutenção Máquina de Hemodiálise

3.6.2.1 - Manutenção Preventiva:

Manutenção preventiva com visita técnica mensal para aferição dos parâmetros de controle e verificação de componentes de segurança dos equipamentos descritos no objeto desta proposta e com troca anual de kit de manutenção preventiva.

-- Parâmetros de Controle Equipamentos de Hemodiálise

- Autoteste
- Desinfecção
- Fluxo
- Mixem system
- Temperatura
- Condutividade
- Remoção de UF
- Componentes de Segurança Equipamentos de Hemodiálise _
- Alarme de falta de água.
- Alarme de temperatura.
- Alarme de condutividade.
- Alarme de pressão venosa.
- Alarme de pressão arterial
- Alarme de pressão TMP
- Alarme de BLD – BloodLeak
- Alarme de Ar

3.6.2.2– Manutenção Corretiva:

Manutenção corretiva, **com reposição de peças**, via chamado por e-mail, aplicativo e ou celular, para reparo de toda e qualquer pane nos equipamentos constantes na proposta. O tempo de atendimento aos chamados de manutenção corretiva é de 02 horas após a abertura do chamado.

3.6.2.3- Análises Microbiológicas Solução de Dialisato

Deve ser feita análise microbiológica mensal de uma amostra da solução de diálise (dialisato) colhida da máquina de diálise, imediatamente antes do dialisador, no final da sessão RDC 11/2014, art 58, ANVISA. Uma amostra por equipamento de hemodiálise.

Deve ser estabelecida uma rotina de coleta de amostras, com registro, de forma que anualmente as análises microbiológicas do dialisato tenham sido realizadas em amostras colhidas de todas as máquinas.

Quando algum paciente apresentar sinais ou sintomas típicos de bacteremia ou reações pirogênicas durante a hemodiálise, deve-se proceder imediatamente à coleta de amostra e envio para análise, sem prejuízo de outras ações julgadas necessárias.

3.7 - Itens Inclusos nos Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva

3.7.1. O local de retirada ou manutenção do equipamento para a prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência será no Setor de Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina - HUT, localizado Rua Dr. Otto Tito, número 1820, bairro Redenção, Teresina – PI.

3.7.2. A CONTRATADA será responsável pela execução das atividades técnicas e administrativas relacionadas à Manutenção Programada (Inspeções, Manutenção Preventiva, Calibração, etc.), Manutenção Corretiva e demais intervenções técnicas dos equipamentos de Hemodíalises sob sua responsabilidade, da forma a seguir.

3.7.3. DA MANUTENÇÃO PROGRAMADA:

3.7.3.1. A CONTRATADA deverá executar as rotinas periódicas (Inspeções, verificações manutenção preventiva, calibração, etc.) e demais atividades programadas com o objetivo de manter a operabilidade, prevenir defeitos, falhas e acidentes e identificar e corrigir pequenos defeitos relacionados aos aparelhos de hemodiálise sob sua responsabilidade.

3.7.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma para as Manutenções Preventivas/Calibrações dos equipamentos, que deverão seguir a periodicidade recomendada pelo fabricante ou frequência Anual, o intervalo que for menor.

3.7.3.3. Os serviços de Manutenção Programada, deverão seguir procedimentos padrões elaborados pela contratada e aprovadas pelo Setor de Manutenção do HUT e devem incluir, minimamente, as seguintes tarefas, respeitando as características para o modelo do equipamento:

- I - inspeção e lubrificação geral;
- II - testes de segurança e desempenho;
- III - verificação de carrinho e rodízios (trocar quando necessário),
- IV - verificação de cabo de alimentação, além de plug/tomada (trocar quando necessário);
- V - verificação de tubos, mangueiras e conexões;
- VI - verificação de filtros;
- VII - verificação de chaves, botões e controles de painel;
- VIII - verificação de motores e bombas;
- IX - verificação e substituição de peças, acessórios ou insumos com vida útil vencida (baterias, filtros, etc);
- X - verificação de alarmes;
- XI - verificação de corrente de fuga;
- XII - verificação nos detectores de fuga de sangue (na linha de dialisato) e de ar ou espuma (na linha de sangue) [níveis prescritos pelo fabricante];
- XIII - verificação da temperatura (exatidão e alarmes);
- XIV - verificação da condutividade (exatidão e alarmes);
- XV - verificação do circuito de pressão do sangue (monitoramento);
- XVI - verificação da bomba de heparina;
- XVII - verificação do monitor de pressão negativa do dialisato;
- XVIII - verificação dos demais sensores ou monitores (pH, ultrafiltração, etc);
- XIX - verificação das condições de climatização e infraestrutura física do ambiente para a adequada operação do equipamento (e sinalização à Contratada em casos de desacordo) e integridade de softwares (reinstalar sempre que necessário);
- XX - verificação de integridade física do equipamento;
- XXI - realização de limpeza interna de placas eletrônicas, se aplicável;
- XXII - execução de todas as rotinas preventivas, testes de segurança elétrica e de calibração exigidas pelo manual de serviço do equipamento.

3.7.4. Além disso, para cada equipamento deverá ser executada uma rotina de periodicidade mensal, para verificação, calibração e ajuste de:

- I - Condutividade;
- II - Temperatura;
- III - Fluxos 800ml/min, 500ml/min e 300ml/min;
- IV - Vazamentos (Blood Leak); V - Sistema Dimens;
- VI - Pressão Venosa;
- VII - Pressão arterial.

3.7.4.1. O cronograma das manutenções programadas deverá ser enviado anualmente ao Setor de Manutenção do HUT, o qual deverá aprovar a execução.

3.7.5. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

3.7.5.1. Será dever da CONTRATADA executar as atividades de reparo, conserto, correção, reconfiguração, ajuste e outras atividades que visem restabelecimento das condições normais de funcionamento nos equipamentos de Hemodiálise sob sua responsabilidade.

3.7.5.2. Deverá ser disponibilizado contato telefônico ou eletrônico para abertura de chamados, com funcionamento 24 Horas, 7 dias por semana.

3.7.5.3. A manutenção corretiva será executada sempre que solicitada, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ônus adicional, até o restabelecimento das condições normais de funcionamento do(s) equipamento(s).

3.7.5.4. Para todos os serviços de manutenção executados deverão ser gerados relatórios de serviço, assinado por colaborador do Hospital e pelo técnico executor.

3.7.5.5. As cópias dos relatórios de serviços e da documentação técnica gerada (Certificados, checklists, etc) deverão ser entregues ao Setor de Manutenção após a finalização de cada serviço.

3.7.5.6. Os relatórios de serviço devem conter minimamente a identificação do equipamento, o registro de atendimento (data e hora de recebimento do chamado e datas e horas de início e finalização do serviço), a relação de atividades executadas e a eventual relação de peças substituídas.

3.7.5.7. Todos os serviços deverão ser executados preferencialmente nas dependências do Hospital de Urgência de Teresina - HUT, localizado Rua Dr. Otto Tito, número 1820, bairro Redenção, Teresina - PI.

3.7.5.7.1. A retirada dos equipamentos para execução externa de manutenções, quando não for possível o reparo "in loco", deve ser autorizada SOMENTE pelo Setor de Manutenção do HUT.

3.7.5.7.2. A CONTRATADA se responsabilizará, nestes casos, por todas as despesas e pelo transporte (retirada e devolução) e guarda do material retirado.

3.7.6. DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES:

3.7.6.1. A CONTRATADA deverá substituir, sempre que necessário, TODAS as peças, componentes ou acessórios que forem indispensáveis ao correto funcionamento do equipamento, com exceção de filtros.

3.7.6.2. Correrá por conta da Contratada a substituição de todas as peças que sofrem desgastes nos equipamentos, tais como baterias, relés, contatares, resistores especiais, capacitares, transistores, circuitos integrados, válvulas eletrônicas, válvulas e retificadores de alta tensão, fios e cabos elétricos, parafusos, arruelas, díodos, enrolamentos, lâmpadas, ferragens, vaselina, silicone, rodízios, solda, fios e demais elementos e peças dos quais dependem o perfeito funcionamento e a boa conservação dos aparelhos.

3.7.6.3. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás. produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

3.7.6.4. A eventual necessidade de substituição de peças, deverão ser aplicadas preferencialmente peças novas com qualidade de fabricação semelhante às originais.

3.7.6.5. É vedado, em quaisquer circunstâncias, a utilização de peças recondicionadas, fora do prazo de validade, recicladas, remanufaturadas, ou provenientes de reutilização de material já empregado.

3.7.6.6. É também vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas, com vistas a eliminar riscos de imprecisão ou funcionamento inapropriado dos equipamentos ou alteração de seus projetos;

3.7.7. Fornecimento de peças e/ou acessórios que caracterizem aumento da capacidade e/ou recursos originais do equipamento.

3.8 DESCRIÇÃO DA OSMOSE REVERSA PORTÁTIL COM PRÉ TRATAMENTO – VAZÃO 180LPH

3.8.1 Objeto: Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.

3.8.2 Dados Operacionais:

3.8.2.1 Vazão Permeado: 180 á 200 LPH

3.8.2.2 Vazão Rejeito: 50 á 70 LPH

3.8.2.3 Pressão de Alimentação de Água Potável - Operação: 10 á 30 psi

3.8.2.4 Pressão de Alimentação de Água Potável – Manutenção: 30 á 50 psi

3.8.2.5 Alimentação Elétrica: 220Vac Monofásica

3.8.2.6 Condutividade de Permeado: 0 á 10 microS/cm

3.8.3 Material Construtivo:

3.8.3.1 Equipamento construído em aço inox 304, material inerte à corrosão, com revestimento acústico interno para manutenção de baixo índice de ruído.

3.8.3.2 Equipamento dotado de rodízios para fácil locomoção com travas de segurança

3.8.4 Pré Tratamento:

3.8.4.1 01 unid. Filtro de Partícula Automático de vazão 4,0LPM, corpo em polietileno revestido em fibra de vidro, dimensão , leito filtrante com carga de Zoelita 1,00 á 3,00mm, válvula automática para manutenção em contra corrente.

3.8.4.2 01 unid. Filtro Abrandador Automático de vazão 4,0LPM, corpo em polietileno revestido em fibra de vidro, dimensão , leito filtrante com carga de Resina Catiônica, válvula automática para manutenção em contra corrente/regeneração.

3.8.4.3 01 unid. Filtro Partícula de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante PP 5 Micra.

3.8.4.4 01 unid. Filtro Carvão Ativado de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante Carbon Block 5 Micra.

3.8.4.5 01 unid. Filtro Partícula de vazão 4,0LPM, corpo em polipropileno, dimensão 10"x2,5", cartucho filtrante PP 1 Micra.

3.8.5 Circuito Hidráulico:

3.8.5.1 Pressurização: Dotado de pressurização externo, vazão de 4,0LPM, pressão de operação 30 á 60 psi, alimentação elétrica 220Vac.

3.8.5.2 Proteção Contra Baixa/Alta Pressão: Dotado de pressostato de baixa e alta pressão, com contato elétrico NA para bloqueio da operação da osmose reversa.

3.8.5.3 Bomba de Alta Pressão: Dotado de bomba á palheta ou a diafragma, construída em material inerte, vazão de 4,0LPM, pressão 100 á 250 psi.

3.8.5.4 Membrana de Osmose Reversa: Dotada de 02 unid. de Membrana para Osmose Reversa, 4"x21", método construtivo TFC, percentual de rejeição salina > 97%, acondicionada em vaso de alta pressão AI 304 End Port.

3.8.5.5 Recirculação Permeado: Recirculação interna de permeado que possibilita um uso mais racional da água utilizada no processo de hemodiálise, com controle de pressão para alimentação das maquinas de hemodiálise em 10 á 30 psi.

3.8.6 Controle de Qualidade e Monitoramento:

3.8.6.1 Processo – Produção/Manutenção/Sanitização: Controle de processo por PLC, Controlador Lógico Programável, ou tecnologia compatível com três modos Operação, Manutenção e Sanitização.

Interação com o operador via IHM e ou LCD com apresentação dos parâmetros, vazão, pressão e condutividade, e indicação visual de alarmes.

3.8.6.2 Condutividade: Controle e monitoramento de qualidade via medidor de condutividade digital para aferição da condutividade do permeado da osmose reversa com limite superior de alarme programável, configuração de fábrica em 10 µS/cm.

3.8.6.3 Pressão: Controle e monitoramento de pressão de alimentação das membranas por transdutor eletrônico de pressão paravisualização e controle do nível de pressão operacional.

3.8.6.4 Vazão: Controle e monitoramento de vazão por fluxômetro digital tipo rotâmetro que indica o valor do permeado de água tratada e do rejeito de água.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

4.1. A adjudicação dos objetos deve ser procedida por itens/lotes, nos termos da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, devido ao fato de cada item/lote corresponder a uma licitação autônoma. Vejamos: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”.

4.2.. Tipo de licitação:

4.2.1. A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**.

4.3. Julgamento

4.3.1 O critério de julgamento será do tipo **MENOR PREÇO DO ITEM**

4.3.2. A licitação do tipo menor preço é assim considerada quando, o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço.

4.4. Justificativa para julgamento por **ITEM**:

4.4.1. O julgamento por item justifica-se pela celeridade do procedimento e atendimento ao princípio da economicidade, da isonomia e do interesse público, além de propiciar maior competitividade e, conseqüentemente, vantajosidade à Administração.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A empresa deve comprovar possuir equipamentos indicados para atender as necessidades do Hospital e seguir os padrões normatizados e regulamentados pelo Ministério da Saúde , RDC 11/2014 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências e RDC N° 919, de 19 DE SETEMBRO DE 2024 que Dispõe sobre o planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos Sistemas de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além de responsabilizar-se á por todo o sistema descrito no item 1.1 desde a entrega dos equipamentos garantindo assim a manutenção preventiva e corretiva.

5.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.2.1. Os itens desta contratação, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do Artigo 7º, XI, da Lei 12.305 de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014.

5.2.2. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos na Instrução Normativa n°1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta RLCE 2.0.

5.2.3. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente locação tem como propósito: contribuir com melhoria da qualidade de vida da população como um todo, harmonizar com a redução de desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar de Clínicas tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo

com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Entende-se ainda como sustentabilidade social a contribuição com os aspectos laborativos, agregando ao ambiente de trabalho, a apresentação de forma confortável e agradável a seus colaboradores.

5.2.4. Em atendimento ao Art. 28º, inciso XII, do Regulamento de Licitações 2.0.; e em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível:

5.2.4.1. a constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.2.4.2. os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.4.3. os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.2.5. Logística reversa:

5.2.5.1. logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

5.2.5.2. conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de produtos perigosos, tais como:

5.2.6. agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), ou em normas técnicas; a) pilhas e baterias; b) pneus; c) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; d) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

5.2.7. conforme citado no Parágrafo Primeiro, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da logística reversa. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

5.2.8. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a aplicação de atitudes de sustentabilidade econômica no âmbito do CHC foi optar por produtos com menor impacto ambiental.

5.2.9. A empresa Contratada deverá apresentar as políticas de manutenção e reparo dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição frequente.

5.2.10. Condições de trabalho: o fornecedor deverá adotar boas práticas de trabalho, como garantia de condições seguras e salubres para os funcionários envolvidos na locação e manutenção dos equipamentos.

5.2.11. Recomenda-se que os fornecedores que tenham ações relacionadas ao compromisso com a inclusão de grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade econômica.

5.2.12. A contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

5.2.13. A contratada deverá Instruir seus empregados no consumo de energia elétrica e água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.2.14. As peças e materiais a serem descartados após a manutenção deverão ser devolvidos à CONTRATADA que deverá observar os requisitos de gerenciamento de resíduo.

5.3. Da Participação de Consórcios

5.3.1. Não poderão participar desta contratação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto a ser contratado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

5.4. Da Participação de Cooperativas

5.4.1. No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

5.5. Da Subcontratação

5.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.1.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;

7.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, compreendidos os casos de reajuste, repactuação e de reequilíbrio em sentido estrito, feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.

7.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.1.2. Comunicar ao contratante, com pelo menos 15 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 7.2.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 7.2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.2.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.2.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 7.2.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 7.2.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.2.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 7.2.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 7.2.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 7.2.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.2.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 7.2.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.2.1.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;

7.2.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.2.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

7.2.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.2.1.21. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.2.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local R. Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção .

7.2.1.22.1 Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

7.2.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7.2.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.2.1.25 Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

7.2.1.26 Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

7.2.1.27 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

7.2.1.28 Instalar equipamentos novos, nunca antes usados, reformados ou reconicionados, em linha de fabricação comprovado pelo fabricante. A comprovação se dará por apresentação de nota fiscal dos equipamentos.

7.2.1.29. A contratada deverá manter um Técnico apto ao conserto das máquinas, na cidade de Teresina, durante toda a vigência do contrato, todos os dias da semana. O técnico deve ser treinado pelo fabricante e possuir registro no conselho de classe.

7.2.1.30. A contratada deverá emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) tanto para a manutenção dos equipamentos quanto para o sistema de tratamento de água.

7.2.1.31. Em caso de paralisação do funcionamento do equipamento e/ou partes dele e não sendo possível restabelecer seu funcionamento dentro do prazo estipulado neste Termo de referência, a Contratada se obriga a substituí-lo por outro equipamento e/ou partes com as mesmas especificações e capacidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas para as máquinas e 02 (duas horas) para partes/peças/equipamentos do Sistema de Tratamento de Água, contadas da solicitação da Contratante para manutenção, salvo se houver outro prazo acordado entre as partes contratantes.

7.2.1.32. A Contratada deverá possuir reserva técnica de partes/peças/equipamentos que são fundamentais para o funcionamento do sistema/serviço, tais como: bomba de água, filtros, membranas, outros.

- 7.2.1.33. Quando a assistência técnica envolver outro fabricante que não a Contratada, esta deverá apresentar-se quando solicitado, com o termo de compromisso assinado pelo fabricante do equipamento.
- 7.2.1.34. A Contratada fornecerá uma relação completa de todos os materiais de consumo necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, com a respectiva procedência (fabricante e nacionalidade). A relação deverá estar anexada à proposta comercial.
- 7.2.1.35. A Contratada deverá informar o prazo previsto para o funcionamento normal do equipamento (vida útil), bem como para a sua obsolescência tecnológica.
- 7.2.1.36. A Contratada deverá indicar claramente em sua proposta comercial que atende estas cláusulas especiais para esta aquisição.
- 7.2.1.37. Fica o solicitante responsável pelo cumprimento das cláusulas devendo encaminhar quando da entrega do equipamento, do processo e de toda a documentação pertinente.
- 7.2.1.38. O equipamento a ser adquirido deverá obedecer rigorosamente NBR (Normas Brasileira Regulamentadora) compatível ao objeto contratado.
- 7.2.1.39. Responsabilizar-se pela assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como todas as mensalidades e horas técnicas necessárias para o pleno funcionamento de seus equipamentos junto ao HUT, sem ônus para FMS:
- 7.2.1.40. Prestar assistência técnica e científica permanente em Teresina/PI, com comprovação residencial e carteira de trabalho do técnico ou contrato de prestação de serviço durante toda a vigência do contrato. A comprovação dar-se-á no momento da assinatura do contrato.
- 7.2.1.41. Atender as solicitações de assistência técnica e científica de imediato ou no prazo máximo de 2 (duas) horas a conta da data e hora solicitação e com contato direto com assessor por telefone e/ou similar,
- 7.2.1.42. Substituir o(s) equipamento(s) venham a paralisar (mais de três vezes consecutivas) por constantes defeitos técnicos e/ou defeitos que não tenham sido sanados nos prazos acima estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação oficial. O equipamento que substituir o que estiver paralisado deverá ter a mesma capacidade e as mesmas especificações do que foi substituído, ou superiores, e atender às necessidades do serviço a que se destina, mantidas as demais condições do contrato, sem ônus para FMS;
- 7.2.1.43. Fornecer os acessórios necessários à operação e manutenção, incluindo limpeza e desobstrução:
- 7.2.1.44. Dar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, inclusive substituição de peças, sem ônus para FMS
- 7.2.1.45. Obriga-se a Contratada a ter Responsável Técnico, devidamente Registrado no CREA ou CFT e emitir ART (Acervo de Registro Técnico) relativo ao Contrato de Prestação de Serviços.
- 7.2.1.46. O responsável técnico deverá participar de reuniões com a fiscalização do contrato sobre questões referentes a execução do contrato sempre que solicitado.
- 7.2.1.47. A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) preposto, com a atribuição de gerir as demandas administrativas, financeiras e/ou relativas aos funcionários da CONTRATADA;
- 7.2.1.48. O preposto deverá ser aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato;
- 7.2.1.49. O técnico da firma prestadora de serviço deverá, obrigatoriamente, se apresentar ao Chefe do Setor de Manutenção, antes do início de quaisquer trabalhos, para acompanhamento dos serviços a serem realizados;
- 7.2.1.50. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação

contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

7.2.1.51. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.2.1.52. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.1.53. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.2.1.54. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

7.2.1.55. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

7.2.1.56. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

7.2.1.57. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

7.2.1.58. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.2.1.59. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.2.1.60. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

7.2.1.61. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.2.1.62. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.2.1.63. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.2.1.64. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.2.1.65. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.2.1.66. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.1.67. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

7.2.1.68. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.2.1.69. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

7.2.1.70. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

7.2.1.71. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

7.2.1.72.. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

7.2.1.73. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.2.1.74. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

8.1.1. A Fiscalização Técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no presente anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será de acordo com os parâmetros estabelecido pela FMS:

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 17, I do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências trabalhistas, sociais e

previdenciárias decorrentes da execução do contrato (art. 15, caput do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas [todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. \(Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021\)](#)

8.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, que pode ser servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 17, II do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato

Liquidação

8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.20. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

Pagamento

8.24. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

8.25. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

8.25.1. Cópia legível do empenho;

8.25.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

8.25.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

8.25.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

8.25.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.25.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

8.26. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

8.27. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

8.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.30. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.31. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.33. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.35. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.38. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado;

8.39. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de acordo com a tabela do item 1 para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

9. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fará jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

9.3. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

9.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.10. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos casos previstos em regulamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;

2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;

2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma de regulamento.

12. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

12.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

12.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado neste Termo de Referência. Os valores que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

13.2 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- a) Valor Global: de **R\$ R\$ 764.251,92 (setecentos e sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e noventa e dois centavos)**.
- b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência.
- c) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- d) É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13.2.1 A proposta deverá conter:

- a) Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;
- b) Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e,
- c) se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

d) A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

13.3 Critérios de Aceitação da Proposta:

a) As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO.

b) As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

c) As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

d) A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

e) O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

13.4. Exigências de habilitação

13.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.5. Habilitação jurídica

13.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; 20.1.2. Empresário individual:

inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>.

13.5.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:

a) EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

b) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77 de 18/03/2020.

c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.5.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.5.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.5.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.5.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

13.5.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.5.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.5.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.5.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.5.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.5.5.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.5.6. Qualificação Econômico-Financeira

13.5.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, consoante Decreto Municipal nº 23.847 de 2023, ou de sociedade simples;

13.5.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei 14.133 de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.5.6.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: I - Liquidez Geral (LG) = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante II - Solvência Geral (SG) = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo não Circulante III - Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante Passivo Circulante.

13.5.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

13.5.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.5.6.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

13.5.6.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.5.7. Qualificação Técnica

13.5.7.1. Alvará de licença, compatível com o objeto da contratação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal.

13.5.7.2. O Alvará de Licença deverá ser do local das instalações onde serão executados os serviços a serem licitados.

13.5.7.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.5.7.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.5.7.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documento.

13.5.7.5.- Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

- Registro e declaração de quitação da empresa licitante no CRQ e CREA

- Registro no CREA do Responsável Técnico pelo comando elétrico/eletrônico (RT), Eng. Eletricista.

- Registro no CRQ e no CREA do Responsável Técnico pelo Controle de Qualidade (RT), Eng. Químico.

- Acervo técnico dos RTs, Eng. Químico e Eng. Eletricista, compatível com o serviço licitado – Serviço de Operação/Manutenção de STDAH e Manutenção de Máquina de Hemodiálise ;

- Registro no CRQ e CREA do Operador Técnico (OP), Químico, para manutenção no STDAH.

- Todos os equipamentos devem estar com certificado de calibração dentro de período de validade do contrato de locação

13.5.7.6- O licitante deverá comprovar via contrato o acordo com laboratório de análise microbiológica para análise mensal de sete amostras a serem coletadas nos equipamentos constantes no objeto deste TR.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

14.2.2. Seguro-garantia;

14.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

14.3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

14.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Art.100 da Lei n.º 14.133, de 2021). 22.8. No caso de seguro-garantia, o

adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

15- VISTORIA

15.1 Não há obrigatoriedade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

15.2. Fica aberta aos proponentes deste certame, a opção de fazer visita técnica a fim de verificar o inventário disponibilizado neste, com o parque tecnológico disponível nas unidades que compõem este termo de referência, para que não haja inconsistência nas informações.

15.3. A visita técnica deverá ser previamente agendada com setor de engenharia clínica - FMS, através do e-mail: manutencaohut16@gmail.com, para que seja autorizada a entrada nas dependências da unidade de saúde e disponibilizado um servidor da unidade durante todo o levantamento do parque tecnológico, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas. Na solicitação deverá constar nome da empresa proponente, nome do visitante, CPF do visitante e data do agendamento, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da licitação.

15.4. Na ocasião da vistoria, a empresa deverá trazer pronta a Declaração Formal de Vistoria (**Anexo II**) que será assinada neste momento por servidor responsável pelo setor de hotelaria ou CCIH ou Diretoria Administrativa de cada Hospital/Unidade de Saúde, juntamente com o representante legal da empresa.

15.5. Realizada ou não a vistoria, em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A entrega e realização do objeto será feita no Hospital de urgência de Teresina - HUT (Rua Dr. Otto Tito 1820, bairro : Redenção) e mediante AGENDAMENTO PRÉVIO, por meio do telefone (86) 3218-5199 das 07h às 13h horas (horários de funcionamento), em dias úteis, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do envio, pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho, sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do contrato devidamente assinado.

16.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades , promovendo sua substituição quando necessário e garantindo o bom funcionamento no hospital.

16.3. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da CONTRATADA.

16.4. A CONTRATADA deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da CONTRATANTE, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do fornecedor.

16.4. A CONTRATANTE emitirá NOTA DE EMPENHO, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item.

16.5. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

16.6. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

16.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo (12) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

16.8. Procedimentos de transição finalização do contrato

16.8.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas

- a) Entrega do relatório anual das manutenções corretivas e preventivas executadas.
- b) Ter concluído todo o plano de manutenção preventiva previsto para o ano do contrato.
- c) Entregar inventário atualizado com data de atualização do último mês vigente do contrato.
- d) Entregar relação de todas as peças e matérias substituídas durante o contrato anual em tabela explicativa.
- e) Retirada de materiais, equipamentos, objetos e etc. das instalações das unidades de saúde.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 764.251,92 (setecentos e sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e noventa e dois centavos)** valor anual, conforme Mapa Comparativo de Preços 12281809 a data do orçamento estimado é 23/05/2025

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Saúde.

4 . 089 - Manutenção e Estruturação de Estabelecimentos da Atenção Especializada em Saúde.

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

2 . 570 - Execução do incentivo financeiro da Rede de Atenção às Urgências.

Fontes de Recursos:

1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.

ANEXO I - IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO
INDICADORES DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS E CRITÉRIOS DE GLOSAS:

INDICADOR 01	
ITEM	PREPOSTO – Quantidade
Finalidade	Garantir Preposto na gestão do contrato
Meta a Cumprir	Manter Preposto durante todo o período de execução contratual, atendendo a todos os critérios/exigências contratuais para a função, garantindo sua substituição eventual ou definitiva, sempre que necessário (o substituto deverá atender integralmente, aos mesmos critérios/exigências contratuais).
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal

Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período de contrato: de falta de preposto da CONTRATADA.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no contrato = 2% do valor da medição mensal. Acima de 1 Ocorrência no contrato = 5% do valor da medição mensal (do respectivo mês de cada nova ocorrência).
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se a pendência perdure até o período do mês subsequente, aplicar-se-á a glosa de 5% do valor da medição de cada mês, até que seja sanada em definitivo.
INDICADOR 02	
ITEM	PREPOSTO - Qualidade da Gestão
Finalidade	Garantir Preposto com adequada gestão dos serviços
Meta a Cumprir	Morosidade ou ineficácia das ações do Preposto da Contratada
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de não conformidades contratuais constatadas e não sanadas pelo preposto, ou, de reincidências de problemas já constatados anteriormente, ou, ainda, morosidade nas respostas do Preposto às solicitações da Fiscalização da CONTRATANTE.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,10% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 0,20% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 0,50% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

Observações	Caso os problemas contratuais persistam e gerem transtornos para a CONTRATANTE, sendo evidenciadas constantes falhas por parte da gestão da CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de exigir a substituição do profissional Preposto de modo a garantir a adequação necessária e o perfeito cumprimento do contrato.
INDICADOR 03	
ITEM	CUMPRIMENTO DE PRAZOS
Finalidade	Garantir cumprimento dos prazos estipulados em contrato ou estabelecidos pela Fiscalização da CONTRATANTE.
Meta a Cumprir	Garantir o pleno cumprimento dos prazos estipulados em contrato, assim como, daqueles estabelecidos pela Fiscalização da CONTRATANTE ou acordados junto à mesma.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de descumprimentos de prazos.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
INDICADOR 04	
ITEM	GESTÃO DE RH - Qualificação do Pessoal
Finalidade	Garantir Atendimento integral às exigências contratuais e legais
	Não permitir a atuação no contrato, de profissionais que não atendam integralmente a todas as exigências contratuais, legais e normativas para cada função/cargo exercido.

Meta a Cumprir	
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período de contrato: de não conformidade com os critérios e exigências legais ou contratuais.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no contrato = 2% do valor da medição mensal. Acima de 1 Ocorrência no contrato = 5% do valor da medição mensal (do respectivo mês de cada nova ocorrência).
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Tal exigência aplica-se, inclusive aos casos de executantes subcontratados, conforme contrato e anexos.
INDICADOR 05	
ITEM	GESTÃO DE RH - Efetivo de Pessoal x Demandas
Finalidade	Garantir adequado dimensionamento de sua mão-de-obra
Meta a Cumprir	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, o adequado dimensionamento de sua mão-de-obra, efetuando os ajustes que se fizerem necessários, independente de cobrança da CONTRATANTE, e de modo a não permitir falhas ou atrasos por conta de quantidade inadequada.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de dimensionamento inadequado da mão-de-obra da CONTRATADA.

Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se o descumprimento de eventual prazo vir a gerar perdas ou prejuízos à CONTRATANTE, aplicar-se-ão outras penalidades contratuais cabíveis, inclusive com os devidos ressarcimentos à CONTRATANTE, pelo causado.
INDICADOR 06	
ITEM	GESTÃO DE RH - Regularidade Legal/Fiscal/Tributos
Finalidade	Garantir plena regularidade legal e o adimplemento de tributos, encargos, folha de pagamento, obrigações trabalhistas diversas, etc., cabíveis à CONTRATADA, não permitindo atrasos em seus respectivos pagamentos.
Meta a Cumprir	Manter plena regularidade legal e fiscal, adimplindo sem atrasos, com suas obrigações de tributos, encargos, folha de pagamento, obrigações trabalhistas diversas, etc.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de não conformidades.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 2% do valor da medição mensal. Acima de 1 Ocorrência no mês = 5% do valor da medição mensal.
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

Observações	A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à CONTRATANTE, a lista de documentos e comprovantes exigidos em contrato e conforme orientações da IN05 - Instrução Normativa 05 de 23 de maio de 2017, para o pagamento da medição, devendo, ainda, apresentar para fins de verificação ou inspeções inopinadas, a qualquer tempo, quando a Fiscalização da CONTRATANTE solicitar.
INDICADOR 07	
ITEM	EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS – Quantidade
Finalidade	Garantir adequada Quantidade de seus recursos
Meta a Cumprir	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, a adequada quantidade de recursos, equipamentos, acessórios, veículos, ferramentas, etc. independente de solicitação da CONTRATANTE.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de falta de recursos e itens necessários à execução dos serviços.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se a falta de recursos ou itens necessários, vir a gerar atrasos nos serviços, perdas ou prejuízos à CONTRATANTE, aplicar-se-ão outras penalidades contratuais cabíveis, inclusive com os devidos ressarcimentos à CONTRATANTE, pelo causado.
INDICADOR 08	
ITEM	EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS – Qualidade

Finalidade	Garantir adequada Qualidade de seus recursos
Meta a Cumprir	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, o uso e a manutenção de recursos com adequada qualidade, não permitindo o uso de equipamentos, acessórios, veículos, ferramentas, etc. de baixa qualidade, danificados e ou com improvisos, devendo manter processos adequados de controle e monitoramento, e garantir a substituição imediata daqueles que se encontrarem não conformes, independente de solicitação da CONTRATANTE.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de itens defeituosos, de baixa qualidade, com uso de improvisos, etc.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se a qualidade ou defeitos dos recursos ou itens, vir a gerar atrasos nos serviços, riscos, perdas ou prejuízos à CONTRATANTE, aplicar-se-ão outras penalidades contratuais cabíveis, inclusive com os devidos ressarcimentos à CONTRATANTE, pelo causado.
INDICADOR 9	
ITEM	SMS - Segurança do Trabalho
Finalidade	Garantir adequada gestão da Segurança do Trabalho em suas atividades
Meta a Cumprir	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, adequada gestão e fiscalização dos seus empregados na execução dos serviços, cumprindo com todas as normas e legislações vigentes, além de eventuais orientações da CONTRATANTE, não permitindo a atuação insegura, ou outras não conformidades, como: atuação sem uso de EPI's ou de Uniformes, procedimentos, etc., Além disso, deverá

	estabelecer e manter o uso de O.S. - Ordem de Serviço, garantir todos os treinamentos que se fizerem necessários aos serviços e o uso de boas práticas de SMS, inclusive com a realização de Diálogos de SMS, conforme previsão contratual.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de não conformidades.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 5% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se a não conformidade detectada, vir a gerar atrasos nos serviços, riscos, perdas ou prejuízos à CONTRATANTE, a pessoas ou bens, aplicar-se-ão outras penalidades contratuais cabíveis, inclusive com os devidos ressarcimentos à CONTRATANTE, pelo causado.
INDICADOR 10	
ITEM	SMS - Meio Ambiente
Finalidade	Garantir adequada gestão da Segurança do Trabalho em suas atividades
Meta a Cumprir	Garantir e manter durante todo o período de execução contratual, adequada gestão e fiscalização dos seus processos, na execução dos serviços, cumprindo com todas as normas e legislações vigentes, além de eventuais orientações da CONTRATANTE, não permitindo a atuação não conforme ou impactos ao Meio Ambiente, além de garantir todos os treinamentos que se fizerem necessários aos serviços e o uso de boas práticas de SMS.

Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS no mês: de constatação de não conformidades.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
GLOSAS aplicáveis à respectiva medição do mês da(s) ocorrência(s)	Até 1 Ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal Acima de 3 Ocorrências no mês = 5% do valor da medição mensal
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato
Observações	Se a não conformidade detectada, vir a gerar atrasos nos serviços, riscos, perdas ou prejuízos à CONTRATANTE, a pessoas ou bens, aplicar-se-ão outras penalidades contratuais cabíveis, inclusive com os devidos ressarcimentos à CONTRATANTE, pelo causado.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE VISTORIA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA (FACULTATIVA)
CONTRATAÇÃO N° XX/XXXX
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins, que a empresa abaixo relacionada, por meio de seu representante habilitado tecnicamente, VISTORIOU o local onde serão executadas parte dos serviços, objeto desta contratação, bem como tomou conhecimento das condições dos locais que estão envolvidos nas etapas da prestação de serviços.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Empresa:

CNPJ:

Nome do representante:

RG: Assinatura:

IDENTIFICAÇÃO DO HOSPITAL/UNIDADE DE SAÚDE Hospital/Unidade de Saúde:
.....

Nome do servidor responsável:

Assinatura:

Teresina, / /

Documento assinado eletronicamente por **Maciel Moraes Ferreira Filho, Gerente de Manutenção**, em 03/07/2025, às 14:29, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Gina Nogueira Matias, Diretora de Atenção Especializada**, em 04/07/2025, às 07:48, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Aranucha De Brito Lima Oliveira, Diretora Geral**, em 04/07/2025, às 09:48, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas de Sá e Pádua, Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 04/07/2025, às 12:43, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.pmt.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **12618980** e o código CRC **D86A4F25**.

Referência: Processo nº 00045.003149/2025-64

SEI nº 12618980

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

A:

A/C: Sr.

Prezado Coordenador, apresentamos a nossa proposta para Contratação de (xxxxx) conforme descrição constante do Anexo I do Termo de Referência, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	UNID ADE (MEDIDA)	TIPO	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (e-govern)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATMAT)	QUANT.	Preço Unit.	Preço Total (Mensal)	Preço Total (Anual)
1	<p>Locação de Máquinas de Hemodiálise para tratamento de insuficiência renal crônica diálise aguda com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva - Fornecimento de peças de reposição. - Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA. 	UNID	SERVIÇO	31373	22829	08			
2	<p>Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção 	U NI D	SERVI ÇO	32294	22837	01			

	Preventiva e Corretiva - Fornecimento de peças de reposição. - Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA.							
3	Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa. Descritivo: Locação de ETA CME – modelo TEC-CLAV300 compostos pelos módulos descritos _ Módulo Pressurização, vazão de 1,0 m3/hr. _ Módulo de Filtração de Particulado, vazão de 1,0 m3/hr _ Módulo de Abrandamento, vazão 1,0 m3/hr _ Módulo de Dosagem Química – Inibidor de Cloro Livre/Anti-incrustante, vazão 5 l/hr _ Módulo de Osmose Reversa, vazão de 600 L/hr, _ Módulo de Armazenamento, 100L. _ Módulo de Monitoramento e Controle 1.2- Locação de Osmose Reversa Portátil – modelo AcquaUN	U NI D	SERVI ÇO	48309	22837	01		
4	Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.	U NI D	SERVI ÇO	49011	22837	01		

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.

Declaramos que:

1. No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega dos materiais, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
2. Os serviços terão início de forma imediata na data de assinatura do contrato e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.

3. O prazo de validade da proposta é de ____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico. (prazo não inferior a 90 (noventa) dias).

3. Comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____ Endereço: _____

Tel/Fax: _____ E-mail: _____

CEP: _____ Cidade: UF: _____

Banco: Agência: C/C: _____

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Local /Data: _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO “EMPRESA”

(Timbre ou identificação do licitante) XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) XXXXXXXX, portador (a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. **INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO** que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 e art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado (a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV
DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL
TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A:
A/C: Sr.

A empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº ____/2025 para Contratação de empresa para fornecimento de _____, a fim de atender as necessidades da **XXX**, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Cidade (UF) .. , ... de de 2025.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(papel timbrado da empresa)

Declaro, _____ sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal econômico-financeira.

Cidade (UF) .. , ... de de 2025.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável

CPF do responsável

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

(papel timbrado da empresa)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade (UF) .. , ... de de 2025.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI
14.133/2021**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCOLEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RGNº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico/, Processão/, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado
- e) ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- f) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- g) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I -prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III–comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV –no tocante a licitações e contratos:
 - a) Frustrar ou fraudar ,mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - d) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações

de contratos

celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos

respectivos instrumentos contratuais; ou

f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V— dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cidade (UF) .., ... de de 2025.

Nome da empresa + Carimbo

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável

CPF do responsável

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU
DEGRADANTE**

_____ inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. _____ Representante Legal

Cidade (UF) .. _____, ... de _____ de 2025.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO X

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.003149/2025-64

Pregão Eletrônico Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TERESINA, POR
INTERMÉDIO DO (A)
E

*O Município de Teresina, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOM de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é Contratação, pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual **contratação de serviços de locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa e máquinas de hemodiálise, a fim de atender às necessidades do HUT (HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA), no município de Teresina - PI**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

1.1.1.DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1.1.1. O objeto ora contratado consiste em:

NOME DA EMPRESA CONTRATADA	C.N.P.J.	
ENDEREÇO COMPLETO COM CEP	Insc. Estadual	
REPRES.:	Fone/E-mail:	

AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO	UNIDADE (MEDIDA)	TIPO	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (e-governo)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATMAT)	QUANT.	Preço Unit.	Preço Total (Mensal)	Preço Total (Anual)
1	<p>Locação de Máquinas de Hemodiálise para tratamento de insuficiência renal crônica diálise aguda com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva - Fornecimento de peças de reposição. - Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA. 	UNID	SERVIÇO	31373	22829	08			
2	<p>Locação de STDAH Fixo para UTI por processo de Osmose Reversa Duplo Passo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento; - Instalação; - Treinamento Operacional; - Assistência Técnica para Manutenção Preventiva e Corretiva - Fornecimento de peças de reposição. - Cessão de Mão de Obra Especializada – R. T Responsável Técnico de nível superior devidamente qualificado por Certificação CREA. 	UNID	SERVIÇO	32294	22837	01			
3	<p>Locação de sistema de tratamento de água por osmose reversa.</p> <p>Descritivo:</p> <p>Locação de ETA CME – modelo TEC-CLAV300 compostos pelos módulos</p>	UNID	SERVIÇO	48309	22837	01			

	descritos _ Módulo Pressurização, vazão de 1,0 m3/hr. _ Módulo de Filtração de Particulado, vazão de 1,0 m3/hr _ Módulo de Abrandamento, vazão 1,0 m3/hr _ Módulo de Dosagem Química – Inibidor de Cloro Livre/Anti-incrustante, vazão 5 l/hr _ Módulo de Osmose Reversa, vazão de 600 L/hr, _ Módulo de Armazenamento, 100L. _ Módulo de Monitoramento e Controle 1.2- Locação de Osmose Reversa Portátil – modelo AcquaUN							
4	Locação de Sistema de tratamento de água portátil para atendimento até três máquinas de hemodiálise simultaneamente, transportável, com pré tratamento para adequação de água potável a osmose reversa, permeado atendendo a RDC 11/2014-ANVISA.	U N I D	SERVIÇ O	49011	22837	01		

OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governo) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1. São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX, PROCESSO ADMINISTRATIVO 00045.003149/2025-64** e todos os seus anexos, **assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Rua Governador Raimundo Artur Vasconcelos, 3015, Aeroporto, CEP: 64.002-595, Teresina – PI.

CNPJ: 05.522.917/0001-70. Telefone (86) 3228-8761.

- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 4.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 4.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 4.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação do serviço, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

6.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito:

OBSERVAÇÃO: O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A entrega e realização do objeto será feita no Hospital de urgência de Teresina - HUT (Rua Dr. Otto Tito 1820, bairro : Redenção) e mediante AGENDAMENTO PRÉVIO, por meio do telefone (86) 3218-5199 das 07h às 13h horas (horários de funcionamento), em dias úteis, no prazo máximo de 60 dias, contados a partir do envio, pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho, sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do contrato devidamente assinado.

7.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades , promovendo sua substituição quando necessário e garantindo o bom funcionamento no hospital.

7.3. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da CONTRATADA.

7.4. A CONTRATADA deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da CONTRATANTE, endereço completo, equipamento/material que está sendo entregue, unidade e quantidade. Deverá conter, também, data e assinatura do recebedor com carimbo e assinatura do fornecedor.

7.4. A CONTRATANTE emitirá NOTA DE EMPENHO, na qual serão explicitados o nº do contrato a ela vinculado, o valor e o quantitativo do item.

7.5. Os técnicos ou empregados da Contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

7.6. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma adequada à sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias.

7.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo (12) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.8. Procedimentos de transição finalização do contrato

7.8.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas

- a) Entrega do relatório anual das manutenções corretivas e preventivas executadas.
- b) Ter concluído todo o plano de manutenção preventiva previsto para o ano do contrato.
- c) Entregar inventário atualizado com data de atualização do ultimo mês vigente do contrato.
- d) Entregar relação de todas as peças e matérias substituídas durante o contrato anual em tabela explicativa.
- e) Retirada de materiais, equipamentos, objetos e etc. das instalações das unidades de saúde.

CLÁUSULA OITAVA–DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento do Objeto

8.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

8.1.2. A Fiscalização Técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no presente anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.1.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será de acordo com os parâmetros estabelecido pela FMS:

8.1.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 20 (vinte) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 17, I do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.1.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências trabalhistas, sociais e previdenciárias decorrentes da execução do contrato (art. 15, caput do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.1.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

8.1.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.1.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.1.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

(Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.1.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.1.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, que pode ser servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 17, II do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

8.1.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.1.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.1.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.17.1.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.

8.2. Da Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

8.3. Do Pagamento

8.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

8.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

8.3.3. Cópia legível do empenho;

8.3.4. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

8.3.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

8.3.6. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

8.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.3.8. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

8.3.9. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site

<https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

8.3.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

8.3.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

8.3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.3.14. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.3.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.3.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.3.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

8.3.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado;

8.3.22. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de acordo com a tabela do item 1 para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 9.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.9.1. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, compreendidos os casos de reajuste, repactuação e de reequilíbrio em sentido estrito, feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.
- 9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 101.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 101.2. Comunicar ao contratante, com pelo menos 15 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 101.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 101.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 101.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;
- 10.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.1.21. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução

do contrato.

10.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local R. Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção .

10.1.22.1 Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

10.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.25 Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

10.1.26 Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

10.1.27 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

10.1.28 Instalar equipamentos novos, nunca antes usados, reformados ou reconicionados, em linha de fabricação comprovado pelo fabricante. A comprovação se dará por apresentação de nota fiscal dos equipamentos.

10.1.29. A contratada deverá manter um Técnico apto ao conserto das máquinas, na cidade de Teresina, durante toda a vigência do contrato, todos os dias da semana. O técnico deve ser treinado pelo fabricante e possuir registro no conselho de classe.

10.1.30. A contratada deverá emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) tanto para a manutenção dos equipamentos quanto para o sistema de tratamento de água.

10.1.31. Em caso de paralisação do funcionamento do equipamento e/ou partes dele e não sendo possível restabelecer seu funcionamento dentro do prazo estipulado neste Termo de referência, a Contratada se obriga a substituí-lo por outro equipamento e/ou partes com as mesmas especificações e capacidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas para as máquinas e 02 (duas horas) para partes/peças/equipamentos do Sistema de Tratamento de Água, contadas da solicitação da Contratante para manutenção, salvo se houver outro prazo acordado entre as partes contratantes.

10.1.32. A Contratada deverá possuir reserva técnica de partes/peças/equipamentos que são fundamentais para o funcionamento do sistema/serviço, tais como: bomba de água, filtros, membranas, outros.

10.1.33. Quando a assistência técnica envolver outro fabricante que não a Contratada, esta deverá apresentar-se quando solicitado, com o termo de compromisso assinado pelo fabricante do equipamento.

10.1.34. A Contratada fornecerá uma relação completa de todos os materiais de consumo necessários ao perfeito funcionamento do equipamento, com a respectiva procedência (fabricante e nacionalidade). A relação deverá estar anexada à proposta comercial.

10.1.35. A Contratada deverá informar o prazo previsto para o funcionamento normal do equipamento (vida útil), bem como para a sua obsolescência tecnológica.

10.1.36. A Contratada deverá indicar claramente em sua proposta comercial que atende estas cláusulas especiais para esta aquisição.

10.1.37. Fica o solicitante responsável pelo cumprimento das cláusulas devendo encaminhar quando da entrega do equipamento, do processo e de toda a documentação pertinente.

10.1.38. O equipamento a ser adquirido deverá obedecer rigorosamente NBR (Normas Brasileira

Regulamentadora) compatível ao objeto contratado.

10.1.39. Responsabilizar-se pela assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como todas as mensalidades e horas técnicas necessárias para o pleno funcionamento de seus equipamentos junto ao HUT, sem ônus para FMS;

10.1.40. Prestar assistência técnica e científica permanente em Teresina/PI, com comprovação residencial e carteira de trabalho do técnico ou contrato de prestação de serviço durante toda a vigência do contrato. A comprovação dar-se-á no momento da assinatura do contrato.

10.1.41. Atender as solicitações de assistência técnica e científica de imediato ou no prazo máximo de 2 (duas) horas a conta da data e hora solicitação e com contato direto com assessor por telefone e/ou similar,

10.1.42. Substituir o(s) equipamento(s) venham a paralisar (mais de três vezes consecutivas) por constantes defeitos técnicos e/ou defeitos que não tenham sido sanados nos prazos acima estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação oficial. O equipamento que substituir o que estiver paralisado deverá ter a mesma capacidade e as mesmas especificações do que foi substituído, ou superiores, e atender às necessidades do serviço a que se destina, mantidas as demais condições do contrato, sem ônus para FMS;

10.1.43. Fornecer os acessórios necessários à operação e manutenção, incluindo limpeza e desobstrução;

10.1.44. Dar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, inclusive substituição de peças, sem ônus para FMS

10.1.45. Obriga-se a Contratada a ter Responsável Técnico, devidamente Registrado no CREA ou CFT e emitir ART (Acervo de Registro Técnico) relativo ao Contrato de Prestação de Serviços.

10.1.46. O responsável técnico deverá participar de reuniões com a fiscalização do contrato sobre questões referentes a execução do contrato sempre que solicitado.

10.1.47. A CONTRATADA deverá indicar 01 (um) preposto, com a atribuição de gerir as demandas administrativas, financeiras e/ou relativas aos funcionários da CONTRATADA;

10.1.48. O preposto deverá ser aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato;

10.1.49. O técnico da firma prestadora de serviço deverá, obrigatoriamente, se apresentar ao Chefe do Setor de Manutenção, antes do início de quaisquer trabalhos, para acompanhamento dos serviços a serem realizados;

10.1.50. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

10.1.51. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.52. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.53. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.54. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.1.55. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que

adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.1.56. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.1.57. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.1.58. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.1.59. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.60. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

10.1.61. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.1.62. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.1.63. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.1.64. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.65. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.1.66. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.67. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.68. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.69. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.70. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.1.71. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.1.72.. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.1.73. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.1.74. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 96 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.2.2. Seguro-garantia;

11.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

11.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (Art.100 da Lei n.º 14.133, de 2021). 21.8. No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave(art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;

2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;

2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma de regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal para o presente exercício de **XXX**, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	AÇÃO	DESPESA	FONTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fará jus ao reajuste, se o requerer

tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

15.3. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

15.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.10. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos casos previstos em regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do

consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1 A empresa deve comprovar possuir equipamentos indicados para atender as necessidades do Hospital e seguir os padrões normatizados e regulamentados pelo Ministério da Saúde, RDC 11/2014 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências e RDC Nº 919, de 19 DE SETEMBRO DE 2024 que Dispõe sobre o planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos Sistemas de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, além de responsabilizar-se-á por todo o sistema descrito no item 1.1 desde a entrega dos equipamentos garantindo assim a manutenção preventiva e corretiva.

17.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

17.2.1. Os itens desta contratação, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do Artigo 7º, XI, da Lei 12.305 de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014.

17.2.2. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta RLCE 2.0.

17.2.3. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente locação tem como propósito: contribuir com melhoria da qualidade de vida da população como um todo, harmonizar com a redução de desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar de Clínicas tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Entende-se ainda como sustentabilidade social a contribuição com os aspectos laborativos, agregando ao ambiente de trabalho, a apresentação de forma confortável e agradável a seus colaboradores.

17.2.4. Em atendimento ao Art. 28º, inciso XII, do Regulamento de Licitações 2.0.; e em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível:

17.2.4.1. a constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

17.2.4.2. os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

17.2.4.3. os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

17.2.5. Logística reversa:

17.2.5.1. logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

17.2.5.2. conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº

12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de produtos perigosos, tais como:

17.2.6. agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), ou em normas técnicas; a) pilhas e baterias; b) pneus; c) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; d) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

17.2.7. conforme citado no Parágrafo Primeiro, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da logística reversa. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

17.2.8. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a aplicação de atitudes de sustentabilidade econômica no âmbito do CHC foi optar por produtos com menor impacto ambiental.

17.2.9. A empresa Contratada deverá apresentar as políticas de manutenção e reparo dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição frequente.

17.2.10. Condições de trabalho: o fornecedor deverá adotar boas práticas de trabalho, como garantia de condições seguras e salubres para os funcionários envolvidos na locação e manutenção dos equipamentos.

17.2.11. Recomenda-se que os fornecedores que tenham ações relacionadas ao compromisso com a inclusão de grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade econômica.

17.2.12. A contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

17.2.13. A contratada deverá Instruir seus empregados no consumo de energia elétrica e água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

17.2.14. As peças e materiais a serem descartados após a manutenção deverão ser devolvidos à CONTRATADA que deverá observar os requisitos de gerenciamento de resíduo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Diário Oficial do Município de Teresina, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro do Município de Teresina (PI) para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

20.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes e 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: